



Estamos à vossa espera



FESTA DA SOLIDARIEDADE AÇORES, DE 6 A 9 DE OUTUBRO



URIPSSA

Mostrar ao país o bom trabalho que se faz nas IPSS açorianas



ANGRA DO HEROÍSMO

O Baloíço menos dependente é prioridade para a Direção



MINISTRA DA SOLIDARIEDADE

417 milhões de euros do PRR para sector social solidário

Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



Acácio Catarino um amigo das IPSS

Há mulheres e homens que não deveriam morrer. Contrariamente ao pensamento predominante, eu defendo que há gente mesmo imprescindível. Bem diferente é os que vivem como imprescindíveis. Julgam que antes deles nada existia e se partirem tudo deixa de existir. Conheço algumas e alguns.

Um dos “meus imprescindíveis” partiu deste mundo no passado dia 2 do corrente mês. Refiro-me ao Dr. Acácio Ferreira Catarino. Muitos dirigentes de IPSS o conhecem e colaboradores das suas instituições o escutam sobre temas sociais, e em particular, sobre a importância das IPSS na concretização da ação social em Portugal e os desafios que lhes são colocados constantemente. Foi um dos mais proeminentes membros do Centro de Estudos da CNIS. Antes de citar alguns trechos de um dos artigos que escreveu no jornal digital “7 Margens” no dia 24 de agosto do ano passado, quero deixar algumas referências ao seu modo de ser, com a consciência de que não escreverei o suficiente para deixar uma ideia de quem foi, na verdade, este insigne cidadão. Ficarei muito aquém.

Talvez bastasse referir que foi um homem íntegro para dar conta da grandeza humana e espiritual do Dr. Acácio. Todavia, sinto necessidade de deixar mais algumas considerações. Viveu sempre por causas que permitissem o bem comum, com particular incidência na ação social de proximidade, no acesso ao emprego digno, na valorização do voluntariado, na construção de uma segurança social mais justa, na importância do desenvolvimento local, na recuperação e expansão do cooperativismo e mutualismo.

Foi um defensor da articulação entre as políticas públicas e a proximidade na sua execução. Um adepto intrépido da subsidiariedade. Dotado de uma superior inteligência complementada por impressionante sabedoria, notava-se, facilmente, no que ensinava, escrevia e comunicava. Era tão metódico nas suas apresentações temáticas que não gerava cansaço em quem o escutava. Estes atributos concorriam para uma das suas qualidades técnicas que, pessoalmente e até hoje, não vi em mais alguém. Era a sua arte de gerar consensos e fazer sínteses dos mais variados tipos de encontros por mais complexos que tivessem sido no seu decorrer.

A capacidade de diálogo impressionava quem participava em reuniões com a presença do Dr. Acácio: escutava mais que falava; imprimia uma serenidade quando a discussão de determinados assuntos fazia exaltar os ânimos; evitava pronunciar-se, mesmo quando se insistia, para dar tempo aos outros; propunha com muita discrição o adiamento da reflexão sobre um tema que lhe parecesse não estar ainda bem amadurecido. Ele era a simplicidade, a pontualidade, a ponderação, o humanismo, a disponibilidade, a generosidade!

Como já referi sempre demonstrou um grande interesse pela ação das IPSS. Muitas vezes, verbalizava o desejo que ver mais alargado o âmbito de intervenção destas instituições, para que se revelassem mais como agentes do desenvolvimento socio-local do que apenas como prestadoras de serviços. Ambos dedicámos um número de horas significativo a refletir sobre este assunto. Reconhecíamos que algumas IPSS já procuravam ser assim, mas tínhamos noção que esta amplitude na missão deveria chegar a muitas mais. Mesmo as de implementação cidadina.

Passo a citar alguns trechos do texto que escreveu no “7 Margens” que, embora, tivesse como preocupação central as IPSS e a COVID 19, não deixa de se aplicar à intervenção social em termos gerais. Escreveu o Dr. Acácio:

«Os diferentes governos têm feito o que está ao seu alcance para se concretizarem esses direitos – visando quase sempre as melhorias possíveis – mas falta a visão de conjunto assumida pelo Parlamento e por cada governo. E convém não esquecer que, além dos problemas das pessoas mais velhas, existem inúmeros outros.»

«Não se avalia anualmente a situação social do país e, portanto, não se assumem as responsabilidades coletivas face aos problemas de maior gravidade como os relativos à pobreza grave, aos “sem abrigo”, às pessoas com deficiência, à habitação sem o mínimo de condições, à falta de cuidados médicos, à impossibilidade de acesso ao sistema educativo... Esta omissão acha-se ligada a outras como, por exemplo:

(a) A não difusão de estatísticas sobre os casos e problemas sociais acompanhados pelos serviços de atendimento do Estado, central e autárquico, das instituições particulares e dos grupos de voluntariado;

(b) O facto de a “Carta Social”, publicada regularmente pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, incluir dados relativos aos equipamentos e serviços sociais, mas não incluir os que respeitam às necessidades não atendidas;

(c) O não cumprimento, pela Assembleia da República, de duas resoluções que adotou em 2008 sobre a pobreza (Resoluções n.ºs. 10/2008, de 19 de março, e 31/2008, de 21 de julho);

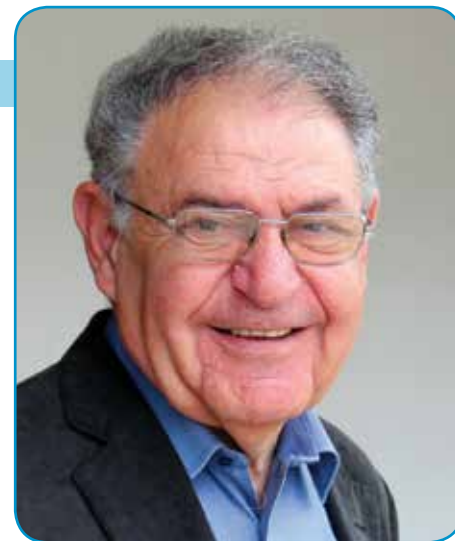
(d) A falta de reconhecimento, pelo “Presidente da República”, do não “regular funcionamento das instituições democráticas” (artigo 120.º da Constituição), com base nas graves situações de pobreza e outros problemas sociais; em contrapartida, a Assembleia da República já declarou “(...) solenemente que a pobreza conduz à violação dos direitos humanos (...)” (Resolução supramencionada n.º 31/2008);»

Com a simplicidade, em determinada altura, afirma que tudo isto e outras propostas que fez podiam «cheirar a utopia». Não são utopias, basta a vontade política. Obrigado, Dr. Acácio, por tantas felizes utopias que nos lançou. Foram e continuarão a ser elas a fazerem que caminhemos na direção de uma sociedade mais inclusiva. Sabemos que continuará a caminhar connosco.



EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Dirigentes Sociais

1. No congresso do PS, o Secretário Geral e Primeiro Ministro também estendeu os seus agradecimentos ao Sector Social, que, segundo expressão sua, “foi incansável” na “verdadeira guerra contra a pandemia”.

O Sector Social e Solidário é composto por Associações, Cooperativas e Fundações de Solidariedade Social, Casas do Povo, Centros Sociais Paroquiais, Institutos de Organização Religiosa, Misericórdias e Mutualidades. Um total de 5.622 IPSS, que, no seu conjunto, são um importante Pilar do Estado Social. Na CNIS, presentemente, estão associadas 3.037 Instituições.

Independentemente da sua natureza jurídica, dos motivos que levaram à sua constituição e dos fins que prosseguem, as IPSS atuam com base num quadro de valores comuns, sendo a sua ação consubstanciada pela inter-relação entre: diversidade, inclusão, participação, perseverança, proximidade, solidariedade e subsidiariedade. A dimensão humana, de cidadania, de utilidade social e económica, bem como a capilaridade territorial e a proximidade às pessoas, aliada à capacidade agregadora de interesses diversos, de espírito empreendedor, de inovação e mobilização estão na especificidade das Instituições de Solidariedade.

Um apuramento dos dados da Carta Social demonstra a relevância do Sector Social e Solidário no sistema de proteção social português ao evidenciar, por exemplo, que as IPSS têm equipamentos para crianças e pessoas idosas em 70,8% do número total de freguesias, sendo as únicas entidades com estas respostas em 27,2% das freguesias.

É justo e oportuno o reconhecimento do Primeiro Ministro de que este Sector tem sido “incansável” na guerra contra a pandemia. Justo e necessário foi, também, o reconhecimento do anterior Primeiro Ministro quando se pronunciou sobre a importância deste Sector para vencer a crise social e económica nos tempos da Troika, o que ajudou a ultrapassar alguns constrangimentos. Justo e palpável é o reconhecimento que se generaliza não só entre os vários Partidos como por toda a sociedade. O Sector Social e Solidário está estabilizado e consolidado e sem ele as desigualdades seriam bem mais acentuadas e muitas mais pessoas ficariam para trás sem qualquer proteção e sem satisfatórias perspetivas de vida...

2. Temos uma grande rede de apoio social de proximidade porque existem no terreno

milhares de Instituições de Solidariedade, sustentadas por milhares de homens e mulheres Dirigentes Sociais voluntários. Todos esses dirigentes com grande coração na prática do bem, muitas vezes renunciando aos seus legítimos tempos livres, à necessária atividade profissional e até a algumas obrigações familiares, para se dedicarem solidariamente em prol da sociedade e, muito particularmente, em favor dos mais carenciados. Como norma generalizada e voluntariamente assumida, em regime de gratuitidade de serviço porque o seu lema é servir sem ser servido.

Quase todos os dirigentes a confrontarem-se com tempos de crise tais como o desequilíbrio das Instituições que coloca grande parte das mesmas em situações muito difíceis e algum sentimento de impotência perante ingentes desafios. Muitos perseguidos por inspeções que quase sempre os desrespeitam e ultrapassam e com alguma comunicação social a menosprezar valores e preferir fazer “sangue que vende”... Alguns dirigentes a darem-se por vencidos saindo da nobre missão solidária e outros sem suficiente força anímica para continuar. No meio de tantos e tantas dirigentes, é possível que, muito pontual e anormalmente, apareça algum menos incauto; porém, mas a comprovada generalidade é de grande competência e de enorme dedicação, a quem a toda sociedade muito deve...

É verdade que, reconhecendo que o Sector Social é tão “incansável” como “inestimável”,

não só em tempo de crise como sempre, também se está a reconhecer a importância dos Dirigentes Sociais, porque são eles a sua alma e sem eles o Sector morreria e um importante pilar do Estado Social colapsaria.

Talvez seja preciso algo mais que um muito simpático e circunstancial reconhecimento. Os Dirigentes merecem e precisam...

3. Em 22 de setembro de 2018, reunidos em Vagos, um grupo de Dirigentes Sociais criou a Associação Nacional dos Dirigentes Sociais (ANDS). É uma associação de direito privado e sem fins lucrativos. É presidida por um destacado dirigente solidário (Alfredo Cardoso). Dela podem fazer parte quaisquer dirigentes sociais (não exclusivamente do Sector Social e Solidário) e tem por fins a defesa da pessoa do Dirigente Social, o reconhecimento público do Estatuto do Dirigente Social, a valorização crescente do exercício do voluntariado, o apoio jurídico gratuito aos associados, a formação para os Dirigentes Sociais e a defesa das liberdades direitas e garantia de todos.

Algumas posições claras de defesa de Dirigentes Sociais já a ANDS assumiu e, sem conflitar com as organizações representativas do Sector Social e Solidário (UMP, UM, CONFECOOP e CNIS), pode e será, certamente, mais uma forma participativa de apoio e defesa de dirigentes da economia social tanto nas suas partes como também no seu todo.



POUPANÇA DE DESPESAS DE ENERGIA

Soluções sem investimento

As questões do ambiente e da energia estão cada vez mais na ordem do dia. As notícias recentes dos cientistas que analisam as alterações climáticas são alarmantes.

Fumos de incêndios da Sibéria a chegarem ao Polo Norte e temperaturas de 50 graus em certas partes do Mundo, com incêndios incontroláveis são sinais de grande preocupação.

Nas IPSS, como nas nossas casas, bem como nas empresas em geral, em cada dia temos que pensar em soluções que descartem progressivamente os combustíveis fósseis. Até nos meios de transporte os incentivos ao uso de carros elétricos crescem a cada dia.

As empresas que trabalham com soluções energéticas têm, nos últimos tempos, criado mecanismos muito interessantes para as nossas instituições aproveitarem.

A CNIS tem o seu papel de informar e de dinamizar a divulgação de boas práticas, através das quais se reduzam despesas, se poupa energia e que nos coloquemos na agenda da transição para outros paradigmas ambientais.

A legislação recente facilita e estimula todas estas novas atitudes. E os avisos das CCDR para candidaturas neste âmbito confirmam uma orientação geral para a qual temos que estar atentos.

Os fundos do PRR e do Portugal 2030, provenientes das políticas europeias são mais uma excelente oportunidade a não perder. Em alguns casos de projetos de eficiência energética as IPSS poderão ter que investir, mas sempre com a garantia de forte participação pública.

Mas em muitos outros casos, existem soluções em que empresas especializadas fazem todo o investimento e é a poupança gerada que lhes paga. Ficando no imediato as IPPS em causa com parte

dessa poupança e com uma faturação e um consumo muito inferior no final dos contratos.

Assim é nos sistemas de produção de energia a partir dos painéis solares que aproveitam telhados e terrenos, bem como nos sistemas de aquecimento de águas para cozinhas e para banhos, ou ainda na distribuição de energia pelas valências e famílias vulneráveis através das designadas Comunidades de Energia Renovável, CER. E também na mudança de lâmpadas de sódio e de mercúrio para LEDS.

Exemplos não faltam e muitos mais se podem replicar.

Na mudança de luminárias e na produção de energia em telhados tem-se destacado a cooperativa Copérnico que associada ao fundo Go Parity fez contratos com várias instituições.

Nos sistemas de aquecimento de águas, existem abundantes soluções a biomassa ou então com equipamentos Solvis, com garantias de redução de cerca de 30% na faturação e sem investimento nenhum da IPSS. A empresa BIOHOT e o seu grupo vêm praticando neste sentido há muito.

A simples disponibilização de telhados para produção de energia solar, tem levado a EDP a contactar sucessivas instituições, com a ajuda de um protocolo assinado com a CNIS exatamente para atestar a nossa vontade para a evolução desta prática, com a inerente redução de despesas.

Neste contexto, várias outras empresas atuam. Temos um bom exemplo gerado por um protocolo da União das IPSS de Setúbal com a empresa Shining, com o qual se vão disseminando boas práticas naquela região.

E mais recentemente, com a legislação de 2019, toda a filosofia de produção de energia se abriu a modelos mais fáceis. As comunidades de

Macário Correia
Membro da CNIS



energia renovável são uma solução magnífica que pode partir de telhados de IPSS ou de edifícios municipais e fazer chegar a energia renovável a vários equipamentos e famílias nos arredores. Neste campo são interessantes as propostas da empresa AMENER e das Agências Regionais de Energia.

Estas simples notas servem apenas para chamar a atenção para outras soluções, diferentes das tradicionais e com vantagens diretamente na faturação e na nossa postura perante uma nova atitude ambiental.

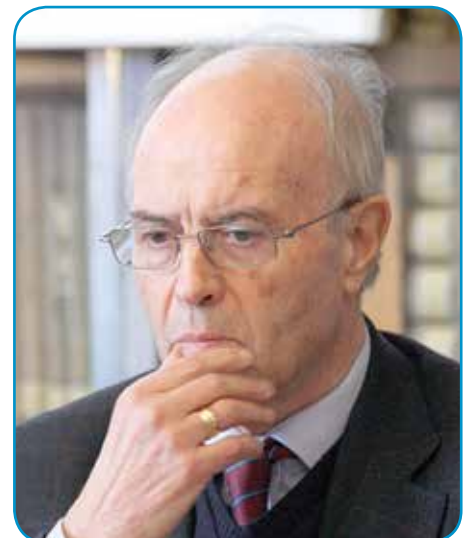
As empresas referidas neste apontamento a título de mero exemplo não são exclusivas e várias outras oferecem condições semelhantes. Quanto maior for a concorrência melhor para todos nós.

Temos em cada instituição e em cada valência que fazer de imediato algo. Todos sabemos que os combustíveis tradicionais sobem de preço todos os dias. A fatura do gás e da bomba de gasóleo estão sempre a aumentar se nada se fizer. E temos tantas soluções melhores e mais baratas.

Há que meter mãos á obra e não hesitar.

Pelos contactos da CNIS ou até pelo email macario.correia@sapo.pt fico ao vosso dispor no que possa ajudar com qualquer informação que seja útil para novos projetos e novas poupanças.

José Leirião
Membro da CNIS



Novo impulso para acudir às pessoas em situação de sem abrigo na União Europeia

No seguimento da escolha do principal tema da presidência portuguesa da UE no passado semestre ter sido “O desenvolvimento do pilar europeu dos direitos sociais”, o qual tinha sido criado pelo presidente do Luxemburgo há cerca de dez anos quando exerceu o cargo de Presidente da União Europeia, a presidência portuguesa assumiu um tema cujo desenvolvimento e posterior aprovação em Conselho Europeu foi um passo gigante para o ataque à pobreza e implementação de novas condições conducentes à resolução dos direitos humanos e acesso efectivo à assistência social e emprego das pessoas em situação de sem abrigo na União Europeia.

As pessoas em situação de sem abrigo tendem

a ter individualmente necessidades complexas. Mas a sua primeira necessidade é simples: habitação.

O acesso à saúde e serviços sociais têm um papel chave na garantia de alguma qualidade de vida, sendo particularmente relevante para os mais vulneráveis na sociedade, que são as pessoas em situação de sem abrigo, para os quais o acesso pode ser difícil, mesmo quando os serviços estão disponíveis.

Num estudo encomendado pela Comissão Europeia em 2019 foi demonstrado que as razões porque falha esse acesso são várias. Tais como: Desconhecimento, falta de informação, custo de acesso elevado, procedimentos complexos,

elevada burocracia, tempo de espera demasiado elevado, barreiras sociais, receio de estigmatização, o que é oferecido não se adapta às necessidades das pessoas, falta de confiança nas instituições, falta de recursos, barreiras administrativas, falta de endereço estável, direito a subsídio condicionado a ter emprego, limitada actividade de serviços em áreas rurais.

SOCIÓLOGO INTEGROU O CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA CNIS

Acácio Catarino faleceu aos 86 anos

Acácio Catarino, sociólogo, um dos maiores especialistas em questões sociais solidárias, morreu aos 86 anos vítima de doença prolongada.

Acácio Catarino, que em 2006 integrou o Centro de Estudos Sociais da CNIS, foi presidente da direção da Cáritas Portuguesa durante 17 anos e consultor da Casa Civil do Presidente da República entre 2001 e 2006.

Lino Maia, presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, referiu que “Acácio Catarino era um homem bom, muito bom, e um profundo conhecedor do sector social solidário.” O presidente da CNIS lamenta a morte do amigo com quem partilhou muitos momentos durante as últimas duas décadas.

O sociólogo foi membro da Comissão Nacional Justiça e Paz, foi Secretário de Estado da População e Emprego no governo liderado por Nobre da Costa, em 1978. Foi ainda presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional e assessor do presidente Jorge Sampaio para os Assuntos Sociais.

Em comunicado, a Cáritas refere que Acácio Catarino “foi um dos grandes especialistas

portugueses na área da política social e do voluntariado” e “deixa um contributo para o pensamento social português, vincado nas diferentes responsabilidades que foi assumindo ao longo da sua vida”.

Numa nota publicada no site na Internet da Presidência, O presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, destacou o testemunho de Acácio Catarino, considerando-o ser um “homem responsável e solidário que deixa a Portugal um exemplo de entrega às várias instituições sociais que liderou”.

Marcelo Rebelo de Sousa refere-se a Acácio Catarino como um “defensor das causas e do voluntariado”, manifestando o seu pesar pela morte do antigo presidente da Cáritas Portuguesa, endereçando as “sentidas condolências” à família.

Acácio Catarino, Licenciado em Sociologia, foi docente de Serviço Social e Desenvolvimento Local, na Universidade Católica Portuguesa, de Administração Social, no ex-Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e na área do emprego e dos recursos humanos, no ISCTE.

Desempenhou vários cargos de direção na

área do emprego e formação profissional nas décadas de 80, 90 e nos inícios do século XXI e foi membro, com diferentes cargos, dos primeiros governos democráticos, em meados da década de 70, no setor social.

Acácio Catarino foi membro da Comissão Nacional Justiça e Paz, de organismos das IPSS e das Misericórdias, Acácio Catarino foi presidente do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.



educabiz[®]
A primeira escolha em Portugal.
Mais de 600 instituições já utilizam.

www.educabiz.com

CRECHE

JARDIM DE INFÂNCIA

CATL

A Educabiz é a mais completa plataforma de gestão integrada para a sua IPSS que converge as componentes Pedagógica, de Comunicação e de Gestão e Faturação. Evoluir para a Educabiz será mais um passo para o futuro na sua instituição!

ACESSO SEGURO EM QUALQUER LUGAR

ATUALIZAÇÕES INCLUIDAS

SUORTE E FORMAÇÃO GRATUITOS

ACESSO WEB OU APP PARA ANDROID OU IOS

CONFORMIDADE COM RGPD

REGISTOS EXIGIDOS PELA SS E ME

Valências para a terceira idade?
Experimente a Seniorbiz. A solução ideal para instituições de apoio a idosos. Reduza custos e agilize o trabalho da sua equipa. Aumente a envolvimento com as famílias.
www.seniorbiz.com

Marque já uma apresentação por videoconferência do Seniorbiz ou da Educabiz ligue 222 400 196

CENTRO INFANTIL DE ANGRA DO HEROÍSMO - COLÉGIO O BALOIÇO

Melhorar a autossustentabilidade para melhorar mais o serviço às crianças

«A criança tem direito a ser feliz». Este é o lema do Colégio O Baloioço, instituição dedicada à infância na cidade de Angra do Heroísmo, que, de momento, acolhe e cuida de cerca de 220 crianças, entre os quatro meses e os 11 anos. Com 89 anos de história, O Baloioço continua a apostar na qualidade do serviço e numa maior autossustentabilidade da instituição. A Covid-19, como para todas as outras instituições sociais, tem sido um enorme desafio, mas é com satisfação que Paulo Almeida, presidente do Colégio O Baloioço, revela que a pandemia passou, praticamente, ao lado das paredes da instituição. Sem possibilidade de crescer fisicamente, a instituição aposta em projetos paralelos com o propósito de criar mais-valias para a instituição e assim melhorar ainda mais o serviço prestado às crianças e suas famílias.

Nasceu em 1932, pela ação de um conjunto de senhoras benfeitoras de «famílias de bem» de Angra do Heroísmo, sob a denominação de

Lactário das Crianças Pobres de Angra do Heroísmo.

“Nessa altura, acolhia apenas meninas, entre os 6 e os 12 anos, com o intuito de as afastar da rua e da prostituição, de lhes dar duas refeições diárias e de lhes ensinar um ofício”, conta Paulo Almeida, presidente do Colégio O Baloioço, acrescentando: “Ao almoço era um caldo e a meio da tarde umas sopas de leite, pois era o que a instituição conseguia”.

E foi assim que funcionou durante vários anos.

“Em 1947 a instituição teve que encerrar portas, porque a sede era um edifício muito degradado e o teto ruiu. Teve de portas fechadas durante dois anos e, em 1949, fruto de alguns donativos privados e da ajuda dos americanos da Base das Lajes, foi possível fazer algumas obras e reabrir a instituição”, prossegue Paulo Almeida, avançando na história para um outro momento determinante na vida da instituição: “Em 1975, a instituição começou a funcionar em moldes diferentes, recebendo crianças de ambos os sexos e já com jardim-de-infância e creche, funcionando num novo edifício na Penha de França”.

Porém, n’O Baloioço, que ainda não o era, tal como em toda a Ilha Terceira a vida das pessoas e das instituições sofreu um forte abalo.

“Então, surge o sismo de 1980, que destruiu grande parte da Ilha Terceira e aqui a nossa sede também. Seis meses depois, a instituição passou a funcionar num edifício perto do qual está hoje sedeada, era a antiga Casa da Roda, onde esteve a partir de junho de 1980”, recorda Paulo Almeida, sublinhando o passo decisivo no crescimento da instituição e que foi protagonizado pela, então, presidente Ana Rocha Alves, “uma senhora muito dinâmica”.

“Ela conseguiu adquirir um conjunto de cinco



casas aqui na Rua da Boa-Nova e, em 1982, iniciou-se a construção do edifício onde estamos hoje. Em 1983, comprou mais três casas e, durante essa obra, há uma readaptação do edifício e o colégio para a denominar-se Centro Infantil de Angra do Heroísmo e é inaugurado em 1985”, conta, revelando que, “nessa altura, atribuiu-se oficiosamente os nomes de A Cegonha à creche e O Baloioço ao jardim-de-infância”.

Mais tarde, o Colégio adquire, “por 10 mil contos”, a antiga fábrica dos pirolitos, o edifício fronteiro ao da sede e, em 2002, começou a construção de um novo equipamento destinado ao ATL.

“Entretanto, havendo muita falta de creches em Angra do Heroísmo, o novo edifício foi alvo de uma adaptação para que acolhesse algumas

salas de jardim, libertando espaço no mais antigo para mais salas de creche, duplicando a capacidade”, refere Paulo Almeida.

E é em 2015 que se dá a mais recente revisão dos estatutos da instituição “e, a partir dessa altura, o nome O Baloioço começa a surgir nos documentos oficiais, o que nos causou alguns problemas em termos de notariado, pelo que na revisão dos estatutos a instituição passou a denominar-se Centro Infantil de Angra do Heroísmo - Colégio O Baloioço”, revela.

Desde o Lactário feminino ao Colégio universal, O Baloioço cresceu muito, recebendo, “nesse momento, 220 crianças, o que significa as valências todas cheias, o que nos deixa muito satisfeitos”, sustenta, sublinhando: “Não só por termos uma percentagem de ocupação ótima,



mas também por não termos praticamente desistências. As crianças entram aqui aos quatro meses na creche e saem aos 11 anos no ATL”.

E se Paulo Almeida garante haver estabilidade e equilíbrio nas

Contas da instituição, as coisas nem sempre foram assim.

“Quando esta equipa chegou à Direção da instituição encontrámos uma situação complicada. Havia falta de recursos físicos para desenvolver a atividade, porque só tínhamos uma viatura de nove lugares, os dois edifícios estavam algo degradados e havia uma dívida que rondava os 80 mil euros”, recorda, acrescentando: “Felizmente, conseguimos salvar a parte financeira, que foi o primeiro eixo do nosso mandato, ou seja, arranjar alguma tranquilidade na tesouraria. O segundo eixo era a recuperação do edificado. E conseguimos recuperar o edifício mais recente que estava mais degradado e, depois, reconstruímos e readaptámos o edifício mais antigo às novas realidades e exigências legais. O edifício mais antigo foi demolido em cerca de 95%, uma obra de cerca de 1,2 milhões de euros. Entretanto, já adquirimos uma viatura de 16 lugares e, há dois anos, comprámos um minibus, com capacidade de 27 lugares”.

E é precisamente no edificado que Paulo Almeida encontra a maior dificuldade da instituição.

“Temos o grande problema de estarmos no meio urbano em que o crescimento da instituição é complicado. Não temos espaço livre para crescer para lado nenhum! Neste momento, sentimos que existe muita procura, mas não temos capacidade para admitir mais crianças. O facto de estarmos no centro de Angra tem prós e contras, o que vai de encontro ao terceiro eixo desta Direção quando assumiu a instituição e que é torná-la menos subsidio-dependente. Neste momento, a prioridade é este terceiro eixo”, revela, adiantando algumas das intenções da Direção para avançar com um projeto de maior autossustentabilidade: “Estamos a estudar perspetivas de negócio que traga mais receita para a instituição. Não visamos a obtenção de lucro, será tudo para injetar na instituição, mas para termos uma melhor saúde financeira e sustentabilidade que nos permitam perseguir os nossos ideais. Andamos à procura de um espaço no centro urbano que nos possibilite abrir um espaço comercial, mas os edifícios são muito caros e temos algum receio, porque não nos queremos colocar a instituição numa situação financeira delicada. Por outro lado, em termos de prestação de serviços, estamos a estudar a possibilidade de avançar com um serviço de transportes. Isto ficou meio parado desde que surgiu a pandemia, porque não queremos fazer concorrência desleal a quem já está a sofrer



imensamente com os efeitos da estagnação de tudo o que tinha a ver com turismo e que muitos são os pais dos nossos meninos”.

E esta aposta num espaço comercial, não tem apenas um objetivo mercantil, pois as boas referências do Colégio permitem que se vá mais longe: “Temos algumas ideias, em termos de marketing social, da exploração comercial do nosso nome através de produtos feitos por nós. Temos ideia também da criação de uma casa de chá com venda de brinquedos e de roupa para crianças. Seria um espaço misto, ou seja, um espaço comercial, mas também um local para dar formação específica na área da infância”.

Tal como por todo o mundo, depois veio o novo coronavírus e tudo mudou.

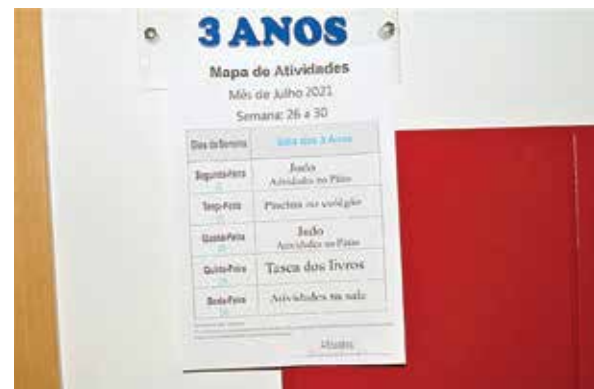
“A Covid-19 começou por ser um monstro enorme, ainda é um monstro, mas já não é enorme... é só um monstro!”, começa por dizer Paulo Almeida, lembrando: “No início havia muito receio de tudo, porque havia muita falta de informação e isso assusta muito. Tivemos fechados durante dois meses as valências de jardim-de-infância e creche, a partir de março 2020, e um mês depois destas terem reaberto, abriu o ATL, mas ainda havia muitos receios”. A instituição implementou um plano de higienização completamente novo, com novos produtos e novos circuitos, “que era coisa que não havia”.

Tal como em todas as instituições dedicadas à infância, o regresso e o distanciamento físico impunham grandes dúvidas e receios.

“Havia muitas dúvidas em como seria possível viver sem a proximidade que, na altura, era tida como alarmante, como algo a evitar e que é essencial nestas valências”, lembra, frisando: “Passámos de uma instituição que presta afetos e carinho, para algo em que não pode haver contacto, nem partilha”.

Paulo Almeida agradece à comunidade, “que foi sempre muito aberta, próxima e compreensiva com as medidas adotadas”. No Colégio O Baloíço foi decidido “circunscrever cada sala a si própria, com novos circuitos, sem cruzamentos entre grupos e cada grupo iria funcionar o mais próximo possível do que seria ideal”, ou seja, “não se pode exigir a uma criança de dois anos que não dê um abraço a um amigo, é contranatural”.

Por outro lado, através de alguns programas de emprego, a instituição conseguiu algumas funcionárias extra e implementou um plano em que as crianças não eram entregues à porta da instituição. “No horário de admissão, os corredores estão abertos, são as áreas consideradas sujas. Após os procedimentos de higienização, o pai ou a mãe pode levar a criança à porta da sala, onde a criança troca de calçado, porque a sala é uma área limpa. Às 9h30, as portas da



instituição fecham e as áreas sujas são desinfetadas. A partir das 16h00, voltamos a ter áreas sujas, que são os corredores por onde os pais passam para recolher as crianças. Também pedimos sempre que as crianças que tivessem tido algum contacto com algum familiar vindo do exterior apenas regressassem à instituição após a obtenção de um teste negativo por parte dessa pessoa. Isto não é uma obrigação legal, mas um pedido que tem sempre sido bem acolhido”, explica o presidente d’O Baloíço.

E fruto do bom trabalho da instituição, o Colégio registou apenas um caso positivo, “foi o cozinheiro, que foi jantar fora num sábado”, mas que nunca esteve infetado na instituição. Ainda assim, a casa esteve encerrada durante 10 dias, “mas não houve nenhuma cadeia de transmissão, nem nenhum mal maior”.

E como seria Angra do Heroísmo sem o Colégio O Baloíço?

“Seria bastante mais triste”, atira, de pronto, Paulo Almeida, explicando: “Estamos a falar de um universo de 220 crianças acolhidas numa instituição que tem quase 90 anos. Não somos perfeitos, longe disso, mas somos uma instituição que preza a qualidade do serviço, a estabilidade e a dedicação no apoio que dá às crianças e suas famílias. É aqui que as crianças ficam durante a jornada de trabalho dos pais e estes sabem que está tudo bem, o que é muito complicado em contexto de Covid”.

URIPSSA – UNIÃO REGIONAL DAS IPSS DOS AÇORES

Queremos mostrar ao país o bom trabalho que se faz nas IPSS açorianas

Reeleito, já este ano, para um segundo mandato à frente da URIPSSA, João Canedo é o rosto do Sector Social Solidário nos Açores e, nesta conversa com o SOLIDARIEDADE, dá conta do que tem sido feito pela União Regional junto das associadas. Adiada de 2020 para 2021 devido à pandemia, a 14ª Festa da Solidariedade acontecerá nos Açores, já no início de outubro, e para além de vários momentos de reflexão sobre questões que se prendem com o quotidiano das IPSS açorianas, é propósito da URIPSSA dar a conhecer ao país o bom trabalho que as instituições sociais das nove ilhas do Arquipélago fazem em prol de uma população que regista dos mais elevados índices de pobreza de Portugal.

SOLIDARIEDADE – Que o retrato se pode traçar do Sector Social Solidário no Arquipélago dos Açores?

JOÃO CANEDO – O Arquipélago dos Açores é formado por nove ilhas, o que em muitos casos dificulta um apoio uniforme a todos os que necessitam dos nossos serviços. Temos IPSS em todas as ilhas, num total de 223, desde o Corvo a Santa Maria e a nossa ação é no terreno perto de todas as comunidades, principalmente as mais necessitadas. Como sabe, os Açores têm o maior índice de pobreza do país e só podemos melhorar esse indicador trabalhando todos em parceria e com o mesmo objetivo. Quando digo todos, refiro-me ao Governo Regional, aos Municípios e às IPSS.

Em que se traduz o trabalho da URIPSSA desde que se reorganizou e assumiu um papel ativo na defesa dos interesses das IPSS?

A URIPSSA foi criada em 2007 com o intuito de ser uma voz ativa na defesa dos interesses das suas associadas. No entanto, devido ao facto de estarmos separados por nove ilhas esse trabalho foi mais dificultado. Tínhamos uma direção demissionário desde 2016 e, em 2017, lançaram-me o desafio de constituir uma equipa para dar seguimento ao trabalho que até então estava a ser executado. Ao analisar a comunicação entre os elementos da Direção da União, que estavam separados pelas diversas ilhas, e para conseguir efetuar um trabalho de base e organizar a mesma, optei por efetuar convites a alguns associados da Ilha Terceira para formarmos uma equipa. A meados de 2017 fomos eleitos, sendo todos os corpos sociais da Ilha Terceira, de modo a facilitar os contactos entre os elementos. Esta situação para nós foi benéfica, tanto na organização, como na decisão. Como disse anteriormente a URIPSSA começou em 2017 com uma nova equipa e novas dinâmicas. Em primeiro lugar, tentámos avaliar as necessidades das associadas e de todas as IPSS dos Açores. Importa referir que, através do apoio da Câmara Municipal da Praia da Vitória, possuímos uma sede, tendo em conta que na nossa opinião era importante para as IPSS terem um espaço de referência. Assim, nesse mesmo ano fizemos a primeira formação, intitulada como Introdução ao RGPD e, em 2019,



promovemos uma formação mais extensa sobre este mesmo tema, tendo contado com 169 formandos das diversas ilhas. No ano de 2020, com o apoio do Governo Regional dos Açores, através da Direção Regional da Solidariedade Social [DRSS], criámos uma avaliação de desempenho específica para as IPSS. Já este ano, houve nova eleição para os Corpos Sociais e, desta feita, optámos por convidar elementos de outras ilhas e assim podermos descentralizar e termos representantes da URIPSSA nessas ilhas.

Portanto, primeiro organizaram-se de forma mais concentrada e agora alargaram essa participação a toas as ilhas. Isso implica seguramente mais trabalho para a URIPSSA?

Sim. Numa perspetiva de desenvolvimento contínuo e de trabalho de melhoria, contratámos também um funcionário para a sede da URIPSSA e acordámos uma avença com um escritório de advogados para melhor servirmos os nossos

associados. Nos dias de hoje, devido às solicitações dos nossos associados, às diversas representações, nomeadamente, nas negociações com o Governo Regional e com os sindicatos, e integrando várias organizações, como o CESA, os Concelhos de Ilha e outras, somos obrigados a ter uma maior disponibilidade para podermos fazer face a toda esta variedade de assuntos em tempo útil.

Como é a relação entre a URIPSSA e o Governo Regional e também com as diversas autarquias do Arquipélago?

A URIPSSA sempre teve uma ótima relação de parceria com o Governo Regional, tanto com o anterior como com este da coligação PSD/CDS/PPM, que assumiu funções em outubro passado. Temos tido algumas reuniões com a DRSS e a Vice-Presidência, que tem a pasta da solidariedade social, e, de momento, estamos a negociar os valores padrão para o ano de 2021, o que para

nós já é tarde visto que no Continente já estão acordados desde julho. Quanto aos contactos com as autarquias, vão existindo com algumas e, por enquanto, ainda não conseguimos reunir com todas, devido à pandemia, o que contamos fazer após as eleições autárquicas.

Sendo diferente do Continente, como é o modelo de participação do Governo Regional às respostas sociais das IPSS?

O nosso modelo tem muitas diferenças, o que não quer dizer que seja melhor, mas, no meu humilde parecer, é mais transparente e mais agilizado. A maioria dos acordos são para respostas típicas e um dos nossos objetivos e desafios para este ano é podermos passar mais algumas valências de atípicas para típicas. Na parceria com o Governo Regional, criou-se uma plataforma informática (SIADS) onde todas as instituições colocam os utentes e os valores recebidos pelos utentes protocolados. Neste sentido, o Instituto da Segurança Social dos Açores [ISSA] tem acesso aos valores recebidos pelas instituições e pode calcular os valores que tem de participar. Os valores-padrão são os que se estabeleceram para cada valência: o utente, no caso de ERPI, paga 80% dos seus rendimentos e o ISSA paga a diferença até perfazer o valor padrão, que nesta valência é, mais ou menos, de mil euros. A instituição não pode ultrapassar nos utentes protocolados o custo real que se tem nessas valências. Após termos contactado várias IPSS com ERPI, concluímos que o custo real anda na ordem dos 1.300 euros, pelo que o valor-padrão fica muito aquém dos custos que as instituições têm, obrigando as IPSS a se reinventarem para poderem fazer face aos custos. Além disso, a plataforma SIADS também permite gerir a lista de espera em ERPI, para já, apenas na Ilha Terceira e na Ilha de São Miguel. Nos casos dos jardins-de-infância, o valor padrão está na ordem dos 376 euros, o que para nós é muito abaixo do custo real por utente. O mesmo se aplica às creches, sendo o valor padrão mais alto, mas não contemplando os custos que as instituições têm com a equivalência das educadoras de infância. Sei que no continente existe uma participação para subsidiar os custos que as IPSS têm com as educadoras de infância, mas nos Açores essa situação não existe. Em muitos dos outros casos, como as respostas atípicas, os valores estão muito abaixo do custo real dos utentes.

Isso levanta grandes dificuldades às instituições?

Sem dúvida. Quando foi pensado o valor-padrão em 2014, não se pensou nos aumentos sucessivos do salário mínimo, que tem aumentado desde essa altura, nas questões da higiene e segurança no trabalho, nas da medicina no trabalho, HACCP, RGD e na qualidade técnica que hoje nos é exigido. Estas várias obrigações legais e políticas aumentaram em muito os custos das IPSS e os valores-padrão não acompanharam estas situações. Neste sentido estamos a trabalhar com a Vice-presidência do Governo Regional dos Açores um novo paradigma para tornarmos as IPSS mais eficientes e sustentáveis.

Quais os grandes problemas sociais que as IPSS têm que combater para tornar a vida dos açorianos melhor?



Acho que é transversal a todo o Portugal, defendendo que temos de ter instituições geridas como se de uma empresa tratasse, para serem eficientes e sustentáveis e para melhor poderem apoiar a nossa comunidade. Para isso acontecer temos de ter valores padrão que possam ir ao encontro dos custos reais das IPSS e, assim, possamos apoiar e melhorar a qualidade de serviço que prestamos à nossa comunidade.

Vai ser lançada uma nova resposta social de apoio à população idosa, em que consiste esse projeto-piloto?

Tem sido uma prioridade deste Governo, através do seu Vice-presidente, lançar no Arquipélago uma nova resposta social que apoie os idosos que querem ficar na sua casa, «ageing in place». Mas este é um projeto-piloto que ainda não está bem definido. O que temos afirmado é que, ao ser implementado, tem que ser em parceria com as IPSS, uma vez que estas é que estão no terreno e dispõem de pessoal qualificado e têm o «know how» para poder prestar um serviço de qualidade a essa população. Este projeto vai complementar as respostas sociais já existentes, desde o apoio domiciliário, centro de dia e mesmo de ERPI. Esperemos que este novo projeto possa reduzir a lista de espera em ERPI nos Açores, que são imensas.

Qual a grande mais-valia no combate à Covid-19 nas instituições açorianas, que, até ao momento, se salda por poucas vítimas mortais e apenas em uma IPSS?

Acredito que foi um excelente trabalho que os funcionários das IPSS tiveram na sua responsabilidade, humanismo e profissionalismo. Tivemos, também, todo o apoio do Governo Regional, através da Secretaria Regional da Solidariedade, que esteve sempre em contacto com as IPSS, dando as orientações necessárias para podermos atuar. É de realçar ainda a iniciativa do Governo Regional atual de iniciar o processo de vacinação, a 31 de dezembro de 2020, pelas ERPI. Não posso deixar de referir que a CNIS também teve um papel muito importante na informação que disponibilizou à URIPSSA, permitindo a partilha com todas as IPSS. Conjugando todos estes fatores e juntando um pouco de sorte e do

trabalho efetuado em parceria, fizemos um bom trabalho. Contudo, não foi excelente, uma vez que, infelizmente, tivemos vários mortos em uma instituição.

Como está atualmente a situação de Covid-19 nas IPSS do Arquipélago dos Açores?

Já tivemos dias piores e outros melhores. Anteriormente, já tivemos oito ilhas sem casos positivos, todavia, de um momento para o outro, outras ilhas aumentaram o número de casos positivos e as cadeias de transmissão. Como sabe, a Festa da Solidariedade estava agendada para setembro, mas, devido aos casos positivos na Ilha Terceira e em S. Miguel, tivemos que adiar para 6 a 9 de outubro. Agora, temos muitos menos casos e já atingimos os 70% de pessoas vacinadas. Esperamos que até final de setembro possamos atingir os 80% para termos a imunidade de grupo.

Sendo a Festa da Solidariedade este ano nos Açores, como está a iniciativa a ser recebida pelas IPSS do Arquipélago?

Temos contactado as IPSS associadas e pensamos começar a contactar todas as outras IPSS açorianas. Sendo a Festa da Solidariedade, não fazia sentido não abrir esta festa a todos. Deste modo, contamos com a presença de todos para podermos comunicar e aprendermos com as boas práticas que as IPSS têm.

Na elaboração do programa da Festa, quais foram as prioridades da URIPSSA?

Tentámos elaborar um programa em torno das necessidades das instituições e podemos dividi-lo em três importantes pontos: Temos uma parte de rua, onde esperamos que as IPSS se conheçam umas às outras, comuniquem, partilhem e possam criar pontes e parcerias entre elas; depois, vamos realizar conferências sobre quatro assuntos de grande pertinência, nomeadamente, os desafios das IPSS na atualidade, a sua sustentabilidade e os papéis do Governo Regional e da Banca na parceria com as mesmas; por fim, conseguir mostrar à nossa comunidade o excelente trabalho que se faz nas IPSS.

O que se pode esperar da Festa da Solidariedade nos Açores?

Como o próprio nome indica, esperamos que seja uma grande festa com muita comunicação, informação, divertimento e muita troca de experiências. Esperamos ainda que no final possamos dizer que valeu a pena.

Deixe uma mensagem-convite a todas as IPSS para aderirem à Festa da Solidariedade nos Açores.

A Festa da Solidariedade só se faz com pessoas e, por isso, apelamos a todas as IPSS, associadas e não associadas da URIPSSA, que se juntem a nós nestes dias orientados para a área social e que todos juntos possamos mostrar à nossa comunidade a importância do nosso trabalho em prol da sociedade, desde os mais jovens aos nossos idosos. Estamos cansados deste confinamento, por isso, vamos todos participar, porque todos estão convidados.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

FESTA DA SOLIDARIEDADE, AÇORES, DE 6 A 9 DE OUTUBRO

É tempo de celebrar a vida das IPSS



A pandemia de Covid-19 interrompeu, no ano passado, o curso de edições da Festa da Solidariedade. A 14ª edição estava prevista para os Açores e teve que se esperar um ano para a sua realização em segurança. Vai acontecer no próximo mês de outubro, de 6 a 9, nas Ilhas de S. Miguel e na Terceira.

Apesar de permitir a sua concretização a pandemia obrigou a algumas limitações de espaço e sobretudo de formato. Em vez das grandes concentrações de pessoas motivadas pela passagem da Chama e da Festa, a organização conjunta da CNIS e URIPSSA decidiu apostar em eventos temáticos e iniciativas mais restritas, não deixando de sublinhar o carácter popular que a Festa da Solidariedade sempre acalentou (consultar o Programa nas páginas centrais).

O Governo Regional e os presidentes das Câmaras de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Praia Vitória acolheram de braços abertos a iniciativa solidária e tudo prometem fazer para que seja um evento seguro e bem sucedido, cumprindo os objetivos a que se propôs.

A esse propósito, o presidente da CNIS lembra que a Festa da Solidariedade tem como objetivo, desde o seu início, “proporcionar um tempo e um

espaço para encontro das IPSS, partilhar experiências e saberes, dar a conhecer os valores e a nossa missão solidária, mostrar as boas práticas de cada uma das nossas associadas e, acima de tudo, promover o convívio entre o sector solidário e as comunidades onde se integram e que servem.”

Lino Maia não esquece as condições especiais em que a iniciativa vai decorrer: “Apesar de ainda estarmos em tempo de alguma preocupação, temos também de acreditar que novos tempos de esperança e alegria se aproximam. Esperamos de todas as nossas associadas o maior empenho nesta iniciativa, divulgando e participando, sobretudo àquelas que se situam no âmbito da URIPSSA, por forma a mostrarmos a realidade e a força do sector social solidário, na proteção social às pessoas e famílias que o necessitam e no desenvolvimento social, cultural e económico das comunidades.”

Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, responsável pela organização em nome da Confederação sublinhava na derradeira edição do jornal Solidariedade que a Festa nos Açores vai celebrar a vida das instituições que tanto precisam de um regresso ao normal.



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ESPECÍFICAS PARA A ECONOMIA SOCIAL E UNIDADES DE SAÚDE

CONHEÇA AS MAIS RECENTES SOLUÇÕES F3M 100% WEB

- MODERNIDADE ✓
- EFICÁCIA ✓
- PRODUTIVIDADE ✓

Assim seja.



ELEVADO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES



SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E CONSULTORIA TI EM TODO O PAÍS



APOIO ESPECIALIZADO AOS UTILIZADORES DO SOFTWARE F3M



Acordo com a CNIS, parceria com 18 Uniões Distritais de IPSSs e acordo com a REDEMUT.

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | www.f3m.pt | PORTUGAL | ANGOLA | MOÇAMBIQUE








TIBÉRIO DINIS,

PRESIDENTE DA CM DA PRAIA DA VITÓRIA

É o reconhecimento da CNIS ao bom trabalho das IPSS dos Açores

É na Praia da Vitória, na Ilha Terceira, que a 14ª Festa da Solidariedade tem início, ao que não é alheio o facto de ali ser a sede da União Regional das IPSS dos Açores.

Tibério Dinis, presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, considera “importantíssimo a Festa ser nos Açores”, felicitando “a CNIS por esta decisão e a capacidade das IPSS dos Açores de trazer a Festa para cá”.

Para o edil, a realização da Festa no Arquipélago, “permite, desde logo, dar a conhecer ao país o trabalho que é feito nos Açores e, depois, para quem cá trabalha diariamente é um reconhecimento por parte da CNIS do bom trabalho feito pelas IPSS nos Açores”.

Na tomada de posse para o atual mandato, Tibério Dinis afirmava querer reforçar “a proximidade às pessoas e às instituições”. Passados quatro anos, “creio que há duas fases nessa ligação e proximidade às IPSS”, começa por dizer, explicando: “Em primeiro, são os anos de 2018 e 2019 em que havia o que estava programado e previsto, ou seja, o reforço da proximidade e dos apoios, para que as instituições tivessem condições de alargar a sua margem de atuação, abrangendo mais pessoas”.

Nesse particular, a autarquia transferiu para as IPSS 500 mil euros no primeiro ano e 650 mil no segundo.

Porém, em 2020 tudo mudou... para todos! “Depois tivemos a segunda fase, os anos de 2020 e 2021, muito marcada pela situação da pandemia. Nestes dois anos tivemos que fazer um reforço mais rápido e eficaz às IPSS, que estavam na linha da frente. Houve um momento em que tivemos que criar uma linha de apoio célere em que as IPSS podiam adquirir esses produtos e a autarquia suportava o custo”, acrescenta, sublinhando: “Dizer apenas que o apoio da Câmara às IPSS não se ficou por este reforço devido à pandemia, pois o que estava planeado também foi realizado”.

No entanto, não ter existido nenhum surto em qualquer IPSS é motivo de orgulho, tal como nenhuma instituição do concelho parado de trabalhar neste período.

Tibério Dinis aponta a educação como principal problema social do concelho, “apesar da trajetória muito positiva que se fez nos últimos 30 anos”.

O abandono e insucesso escolar muito elevados são um problema, sabendo-se que “a educação é o grande elevador social”.

Nesse sentido, o edil deixa “o repto às IPSS para assumirem outras responsabilidades na área da educação”, num concelho em que todas as 11 freguesias têm um ATL e uma creche geridos pela autarquia.



ÁLAMO DE MENESES,

PRESIDENTE DA CM DE ANGRA DO HEROÍSMO

As instituições precisam de se mostrar e a Festa é uma boa oportunidade

Ainda na Ilha Terceira, a Festa da Solidariedade segue para Angra do Heroísmo, a maior e mais populosa cidade da ilha.

“Espero que a Festa seja um bom momento para mostrarmos ao país o bom que se faz nas instituições açorianas”, começa por dizer Álamo de Meneses, edil de Angra do Heroísmo, destacando a importância de dar visibilidade ao trabalho social que é feito: “Nós aqui quase que nos conhecemos todos, mas de vez em quando é bom mostrar de forma mais concertada e mais explícita aquilo que se vai fazendo. E as IPSS, particularmente neste momento difícil, precisam de se mostrar e de aparecerem aos olhos de todos, mostrando o peso que têm na sociedade”.

Por isso, o autarca afirma que “é com grande agrado que o Município recebe a Festa da Solidariedade, tendo já disponibilizado o nosso mais nobre espaço, que é a Praça Velha”.

Num concelho socialmente equilibrado, para o edil, “as questões mais complexas têm que ver com o envelhecimento, com uma população muito envelhecida e que, em grande parte, caminha para o isolamento”, mas ainda “outra problemática antiga que se prende com as dependências”.

E é aqui que as instituições sociais entram... “Em todas as áreas sociais, neste concelho, as IPSS são o principal esteio do serviço. Os serviços públicos quase totalmente delegaram o atendimento e acompanhamento direto nas IPSS e Misericórdias. E, para além do apoio que dão às pessoas, são ainda grandes empregadores”, defende Álamo de Meneses, que considera o relacionamento com as IPSS “bastante facilitado pela vivência que há aqui na Ilha Terceira” onde quase todos se conhecem.

Traçando um retrato do combate à pandemia pelas IPSS locais, o presidente da autarquia lembra o “alarme” que houve quando numa IPSS no Nordeste surgiu um surto que provocou várias mortes.

“Felizmente, a partir daí conseguiu-se manter as coisas sem grandes problemas, mas foi preciso um esforço acrescido muito grande por parte das instituições, apoiado quer pelo Governo, quer pelas autarquias, porque as despesas cresceram muito substancialmente”, recorda, revelando o papel da autarquia: “A Câmara esteve ativa, desde o apoio financeiro ao fornecimento de EPI. Esta questão também trouxe um conjunto de mudanças na matriz de relacionamento entre as instituições, a população e os poderes públicos, o que me parece será estrutural”.



PAULO MENDES,

VEREADOR DA CM DE PONTA DELGADA

A Festa é momento de sensibilizar os munícipes para a importância das IPSS

Na Ilha de S. Miguel fica a cidade mais populosa de todo o Arquipélago dos Açores, Ponta Delgada, que, entre outros organismos, acolhe a sede do Governo Regional e irá, igualmente, acolher o encerramento da Festa da Solidariedade 2021.

“Regozijamo-nos muito com a iniciativa, desde logo por ser um momento simbólico e, ao mesmo tempo, concreto de sinalizar a importância que as IPSS têm no trabalho social”, sustenta Paulo Mendes, vereador do Desenvolvimento Social da autarquia de Ponta Delgada, acrescentando: “É uma forma, também, de podermos passar a mensagem aos nossos munícipes da importância do trabalho das IPSS, que em larga medida é feito com pouca visibilidade, e tem o mérito de dar visibilidade a esse trabalho tão importante. Por fim, acaba por criar e fortalecer o diálogo entre as IPSS, porque as instituições deveriam falar mais entre si”.

Esse maior diálogo levará, na opinião do vereador, a melhorar o trabalho que fazem, até porque “é inconcebível fazer intervenção social sem as IPSS”.

Relevando “uma evolução positiva no combate à pobreza e à exclusão que foi feito nos últimos anos, mas que, ao mesmo tempo, é um desafio que a pandemia veio colocar mais visível”, Paulo Mendes acredita que “a intervenção da autarquia deverá passar por uma visão mais estrutural, que passa muito pelo diálogo permanente com as instituições”.

Nesse sentido, a autarquia criou o Conselho Municipal para a Coesão e Desenvolvimento Social, “porque é muito importante haver espaços de concertação”.

Em termos gerais, a relação da Câmara Municipal de Ponta Delgada com as IPSS “tem o nível do apoio financeiro e, um outro, de uma relação que queremos reforçar e ampliar e que passa muito pela entrada em funcionamento do Conselho Municipal”, argumenta, especificando alguns aspetos: “Temos um protocolo com diversas instituições para apoio aos seus projetos de intervenção social, um universo de 146 mil euros que investimos nas instituições. Para além do apoio financeiro, temos um conjunto de instrumentos para sermos uma resposta de complementaridade, como, por exemplo, apoio na aquisição de medicação a cerca de 100 famílias, apoio à mobilidade das pessoas idosas ou portadoras de deficiência, entre outros”.

Paulo Mendes considera a população micalense solidária, prova disso o culto ao Espírito Santo.

“Quero crer que a intervenção social deve-se, em grande medida, ao que é o esforço público, mas o esforço maior é feito por muitas pessoas, por vezes, anonimamente e com grande sentido de solidariedade. E o Divino Espírito Santo acaba por ser o reflexo desse espírito de partilha e preocupação com os outros”.



ARTUR LIMA, VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Na pandemia o Governo Regional

O vice-presidente do Governo Regional dos Açores é o anfitrião natural da próxima Festa da Solidariedade que se realiza no território açoriano de 6 a 9 de outubro. Ele, no executivo, tem a seu cargo a Solidariedade e Segurança Social, a Igualdade e Inclusão Social e a Habitação entre outras competências políticas no Governo do Arquipélago.

Artur Lima, nasceu em Santa Cruz – Praia da Vitória, na ilha Terceira. Tem 58 anos é casado e pai de duas filhas. É licenciado em Medicina Dentária pela Universidade do Porto, pós-graduado em Direito da Medicina pela Universidade de Coimbra e em Ortodontia pelo Centro Europeu de Ortodontia de Madrid e pela Fundacion Gnathos.

Foi Representante da Ordem dos Médicos Dentistas na Região Autónoma dos Açores e membro do Conselho Diretivo da Ordem dos Médicos Dentistas de 2004 a 2020.

Foi Vereador na Câmara Municipal da Praia da Vitória, Deputado na Assembleia Municipal da Praia da Vitória, vereador na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e Deputado na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

A nível partidário, é Presidente do CDS-PP/Açores desde março de 2007.

Como vê a realização da Festa da Solidariedade nos Açores?

É com muito gosto que a Região Autónoma dos Açores recebe a Festa da Solidariedade. Esta iniciativa, que já conta com 14 edições, é, sem dúvida, uma forma de dar a conhecer a missão que as instituições sociais desempenham junto das suas comunidades, nomeadamente na proteção social e na promoção da economia local. Os Açores – e prova disso é o número bastante significativo de IPSS que existem na Região – têm um setor social bastante consolidado e desperto para as necessidades dos diversos públicos-alvo. Por essa razão, o Governo Regional dos Açores acolhe com entusiasmo a iniciativa organizada pela CNIS com o apoio da URIPSSA, esperando que a mesma possa cumprir todos os seus objetivos.

Conta com uma forte adesão das instituições e dos açorianos à Festa da Solidariedade?

Faço um apelo para que todas as IPSS e todos os açorianos se envolvam e participem com grande sentido de responsabilidade na Festa da Solidariedade. Que todos aqueles que estão envolvidos na causa da solidariedade, se juntem a esta Festa, para que possamos, em conjunto, refletir sobre os desafios que se colocam ao setor social solidário regional. Este será também um momento para debater ideias e homenagear o trabalho meritório que todas as instituições sociais, designadamente as suas direções e os seus colaboradores, têm realizado em prol dos Açores. É preciso mostrar o que de bom se faz na nossa Região e o setor social regional é um exemplo de qualidade na prestação de cuidados aos cidadãos mais frágeis da sociedade.



Como avalia o papel das IPSS no combate à Covid-19?

As IPSS estiveram e estão na linha da frente do combate à Covid-19. Merecem um reconhecimento público pelo serviço que prestaram aos seus utentes, às famílias e à sociedade em geral. O setor social, por estar mais próximo e por ser mais conhecedor do terreno, soube preparar-se para garantir uma proteção mais eficaz dos idosos. A responsabilidade na atuação, por parte das IPSS, fez com que as instituições se tornassem espaços de segurança. Superaram-se e superam-se diariamente, fazendo todos os esforços possíveis para que o combate à pandemia seja intransigente. Destaco ainda o espírito solidário que rege a nossa luta comum contra o vírus. Nos Açores, foi evidente uma responsabilidade partilhada entre instituições sociais, desde logo pela via da partilha de recursos, pela capacidade de adaptação a diferentes contextos e pela resiliência diária. Não se pode olvidar que o Governo Regional esteve sempre ao lado das IPSS, prestando todo o apoio necessário, quer a nível financeiro, quer a nível logístico. Lembro, por exemplo, o apoio extraordinário que atribuímos às IPSS para fazerem face às despesas com a aquisição de equipamentos de proteção individual e de materiais e produtos de higiene, limpeza e desinfeção, bem como no pagamento de encargos com pessoal.

Qual a grande mais-valia nesse combate que, até ao momento, se salda por poucas vítimas mortais e apenas numa IPSS?

Nos Açores, a mais-valia neste combate foi claramente a existência de uma responsabilidade

que é coletiva e permanente. Famílias, utentes, direções, colaboradores e tutela deram sinais claros de cooperação muito estreita em defesa da saúde pública e da vida humana. É evidente que as IPSS têm contextos e especificidades próprias, que mereceram e merecem a devida correspondência por parte do Governo Regional. Apesar de estarmos muito vigilantes e atentos à evolução da pandemia, todos os dias aprendemos algo novo sobre o vírus. Não podemos vacilar neste combate que é diário, por forma a proteger os mais fracos e a evitar que surjam vítimas mortais.

Como analisa a situação atual da Covid-19 no Arquipélago dos Açores?

Atualmente, a situação pandémica no arquipélago é globalmente estável e controlada. A adoção de medidas proporcionais às diferentes fases evolutivas do vírus foi o caminho trilhado na Região, o que se traduziu em resultados positivos. Para o efeito, devo frisar a prioridade absoluta que foi dada, nos Açores, à vacinação dos idosos institucionalizados e dos cidadãos mais desprotegidos. A estratégia para a vacinação na Região, iniciada no último dia do ano de 2020, privilegiou os mais idosos, aqueles que cuidaram de nós. Tínhamos o dever ético e moral de os proteger e tratar bem. Foi o que fizemos. E é precisamente nessa lógica que assenta a recente decisão do Governo Regional dos Açores de preparar o processo para a administração da 3ª dose da vacina aos idosos institucionalizados. Temos de preparar o próximo outono e inverno, com a mesma assertividade que nos moveu até agora. Noutro prisma, lembro que, nos lares, tivemos sempre a preocupação de

1 esteve sempre ao lado das IPSS

ILHA DE SÃO MIGUEL

08/10/2021 Sexta-Feira

10H00 - Concentração no Campo de S. Francisco em Ponta Delgada para a receção das IPSS:
Acender a Chama da Solidariedade

10H30 - Visita à Igreja de Santo Cristo

11H00 - Sessão de Boas-vindas no Campo de São Francisco

11H30 - Atuação musical

12H30 - Almoço solidário no Campo de São Francisco

15H00 - Painéis alusivos às boas práticas apresentadas pelas IPSS no Campo de S. Francisco:

- IPSS - Mãe de Deus;
- IPSS - Lar Luís Soares Sousa;
- IPSS - Associação da paralisia cerebral de S. Miguel;
- IPSS - COOPDELGA.

17H00 - Atuação Musical

18H00 - Encerramento

09/10/2021 Sábado

09H30 - Concentração no Conservatório Regional de Ponta Delgada

10H00 - Discursos e Apresentações

10H30 - Conferência sobre:

Economia Social - Montepio/Santander

- Moderador - Dr. Nôé Rodrigues (Lar Luís Soares de Sousa);
- Convidada - Dr.ª. Piedade Lalanda (O papel das IPSS na atualidade);
- Convidado - Dr. Dário Vaz (A sustentabilidade das IPSS);
- Santander - Qual é o papel da Banca em parceria com as IPSS-Açores;
- Montepio - Qual é o papel da Banca em parceria com as IPSS-Açores;
- Convidada - DRSS Dr.ª. Andreia Vasconcelos (O papel do Governo Regional dos Açores em parceria com as IPSS-Açores).

12H00 - Discursos de encerramento

12H30 - Atuação musical

ILHA TERCEIRA

05/10/2021 Terça-Feira

12H50 - Receção da CNIS pelos Corpos Sociais da URIPSSA

06/10/2021 Quarta-Feira

10H00 - Concentração das IPSS na Zona Verde da Praia da Vitória.

10H30 - Acender a Chama da Solidariedade

11H00 - Saída a pé da zona verde dando início à caminhada solidária

11H30 - Caminhada até ao largo do Conde, passando pela sede da URIPSSA

12H15 - Sessão de boas-vindas no CAD (Centro de Apoio à Deficiência)

12H30 - Almoço solidário no CAD

15H00 - Concentração no Auditório do Ramo Grande da Praia da Vitória

15H30 - Discurso Boas-vindas:

Conferência sobre economia social/Santander

- Moderador - Dr. Joaquim Ponte (Irmandade do Livramento);
- Convidado - Dr. Rui Conde (Sustentabilidade das IPSS - URIPSSA);
- Gestor do Santander - Qual é o papel da Banca em parceria com as IPSS-Açores;
- Convidada - Engenheira Anabela Borba (O papel das IPSS na atualidade);
- Convidada - DRSS Dr.ª. Andreia Vasconcelos (O papel do Governo Regional dos Açores em parceria com as IPSS-Açores);
- Discursos finais.

07/10/2021 Quinta-Feira

09H30 - Concentração na Praça Velha em Angra do Heroísmo.

10H00 - Visita guiada pela Cidade Património Mundial:
Painéis alusivos às boas práticas na Praça Velha apresentados pelas IPSS:

- IPSS - Casa do Povo de Santa Bárbara;
- IPSS - Balçoia (Creche);
- IPSS - Mórnicos (Lar de Idosos);
- IPSS - COT (Painel sobre a Violência Doméstica, nos degraus da Sé Catedral de Angra do Heroísmo).

12H00 - Atuação Musical

13H00 - Almoço solidário na Praça Velha

15H00 - Painéis - Reflexo do trabalho das boas práticas com as suas dinâmicas das IPSS:
Praça Velha

- IPSS - Irmandade Nossa Senhora do Livramento;
- IPSS - ACM;
- IPSS - Caritas;
- IPSS - COT (Painel sobre a Violência Doméstica, nos degraus da Sé Catedral de Angra do Heroísmo).

16H30 - Atuação Musical

17H00 - Discursos de encerramento na Ilha Terceira

gerar um equilíbrio entre medidas mais restritivas e um regresso progressivo e faseado à normalidade. Todavia, não podemos esquecer que se trata de um assunto de saúde pública e que a vida humana tem de ser protegida acima de tudo.

Qual a importância das IPSS (223 no Arquipélago) no tecido social açoriano?

São entidades parceiras na definição, planeamento e efetivação das políticas públicas no domínio da solidariedade social. São igualmente importantes entidades empregadoras da Região, sendo dinamizadoras do desenvolvimento económico local e regional. Além disso, reconheço que é pela complementaridade da parceria entre o Governo Regional e as IPSS que as políticas públicas poderão surtir, mais rapidamente e de forma

mais eficiente, os efeitos desejados. É através de um modelo de gestão social partilhado e cooperativo que se

garante a existência de uma rede de apoio social integrado, dirigida a todos os nossos utentes.

Que política de parceria defende que deve o Governo Regional seguir com as IPSS?

A política social tem de ser dirigida aos grupos sociais mais vulneráveis, sendo que a Região tem o dever de garantir uma proteção social básica. Porém, a responsabilidade de prestar o serviço não tem de caber necessariamente à Região. Deve caber, isso sim, às comunidades intermédias da sociedade. São essas comunidades intermédias, como é o caso da IPSS, que estão mais bem preparadas para atuar e responder socialmente. Neste sentido, a política de parceria que defendemos é de colaboração mútua e de confiança atenta. Em termos práticos, transferimos para as IPSS a responsabilidade pública de prestarem os serviços aos nossos utentes, com o correspondente apoio financeiro. Por sua vez, caberá ao Governo Regional verificar o cumprimento dos deveres e das obrigações das IPSS. Temos de acompanhar de perto o trabalho das instituições. Os recursos financeiros são finitos e é preciso afetá-los de forma consciente. Em conclusão, quero frisar que este Governo Regional adotou uma nova postura de diálogo e de articulação com as entidades representativas do tecido social regional. Hoje em dia, não são apenas ouvidas, são participantes ativos no processo de decisão.

Como caracteriza a relação do Governo Regional com as IPSS e, em especial, com a URIPSSA?

Como referi anteriormente, a nossa relação com as IPSS é de grande proximidade, visando sempre o bem-estar dos nossos utentes. Quanto à URIPSSA, enquanto expressão organizada das instituições sociais da Região, é um interlocutor fulcral e um parceiro inestimável do Governo Regional. Mantemos com a URIPSSA uma relação de grande importância e muito respeitosa. Em nome das pessoas, sobretudo daqueles que mais precisam, queremos tomar as melhores decisões e definir as melhores políticas. Como é natural, escutar as entidades representativas do tecido social regional é o primeiro passo que damos, sempre que queremos construir novas soluções para este setor.

Quais os problemas sociais que mais afetam a sociedade açoriana?

Ao invés de falar em problemas sociais, prefiro falar em desafios sociais. A um desafio, tem de haver correspondência prática com medidas específicas. Ora, na Região Autónoma dos Açores, os desafios são diversos e merecem uma intervenção pública integrada. A pobreza, o abandono escolar precoce, as baixas qualificações e os baixos rendimentos, as desigualdades sociais, o envelhecimento populacional ou o despovoamento

nas ilhas mais pequenas não podem ser enfrentados isoladamente. Não é através da segmentação de respostas que conseguiremos catapultar os Açores para o topo dos indicadores sociais e económicos. Em meu entender, a pobreza – em sentido lato – é um dos entraves estruturais a um maior crescimento económico dos Açores. Para que não se percam mais gerações para a pobreza, é preciso atuar transversalmente a todas as áreas da governação e convocar todos os níveis de responsabilidade pública. Outras das questões fundamentais para a nossa vivência coletiva tem que ver com o desafio demográfico. Esta questão, que emergiu como tema central no debate público nos últimos tempos, tem também de merecer uma atenção especial nos Açores e no país. Julgo que este é um assunto que merece um pacto suprapartidário e um compromisso de todos os intervenientes públicos.

Com o Protocolo de Cooperação já assinado, em Julho, entre o Governo português e o Setor Social Solidário no Continente, o que tem retardado o acordo entre o Governo Regional e a URIPSSA para definição dos novos valores de cooperação nos Açores?

Em primeiro lugar, a realidade nacional em matéria de cooperação entre o Governo e o setor social é distinta da realidade regional açoriana. O modelo de cooperação nos Açores é diferente e está, neste momento, a ser negociado entre as partes. Em segundo lugar, o Governo Regional está empenhado a celebrar um acordo-base realista e consonante com as prioridades para o setor social, o que implicou estarmos munidos de todos os elementos e informações necessárias. Em terceiro lugar, e apesar da relevância do acordo-base, nos últimos meses, o Governo Regional não deixou de apoiar as instituições sociais em tudo aquilo que precisaram. Além do apoio extraordinário atribuído para fazer face às despesas resultantes da Covid-19, criámos um programa para a aquisição de viaturas, que vigorará nos próximos 5 anos e que tem um valor global de 3,5 milhões de euros.

Qual o peso das IPSS em termos de emprego na Região? Estando a URIPSSA a negociar a revisão das carreiras profissionais nas IPSS, em que medida pode o Governo Regional apoiar e incentivar esta pretensão?

As IPSS têm um peso relevante em termos de emprego na Região. Absorvem mão-de-obra com diferentes qualificações. Contudo, havendo um número significativo de instituições sociais bastante profissionalizadas, inclusive com uma gestão técnica e financeira autónoma, salienta-se o facto das IPSS serem responsáveis por emprego qualificado. Nesse sentido, é do interesse do Governo Regional que os trabalhadores das IPSS tenham carreiras profissionais mais justas. Naturalmente, a possibilidade de revisão das carreiras profissionais nas IPSS é um assunto que será tratado no âmbito das negociações com a URIPSSA.

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



Os valores que escasseiam nos dias de hoje

A preocupação central com o ser humano, a liberdade e o desenvolvimento de uma cultura reformista e de compromisso são, em minha opinião, os três valores mais decisivos no processo de desenvolvimento de qualquer sociedade que se pretende seja livre, equilibrada e próspera.

A criação de condições para que cada um possa ter ao seu alcance a possibilidade de concretizar os seus sonhos de vida é uma condição essencial para a realização de todo o ser humano. Mas tal só será possível numa sociedade livre. O valor liberdade nunca poderá ser atingido quando uma sociedade não revelar capacidade para criar níveis crescentes de prosperidade e riqueza, distribuídos na base de critérios de equidade e justiça.

Uma sociedade em que grassam desigualdades de diferente natureza não pode almejar a ser uma sociedade nem desenvolvida, nem livre, porque está provado que as desigualdades são, em si mesmo, um obstáculo ao desenvolvimento. Daqui decorre que é fundamental a existência de uma classe média pujante. Uma sociedade sem uma classe média forte nunca poderá almejar a ser desenvolvida. Limitar-se-á a gerir os conflitos sociais e a miséria.

A opção pelo empenho numa cultura reformista e de compromisso deverá ser outro elemento central na conceção e execução de políticas públicas que tenham a ver com o processo de desenvolvimento. A experiência mostra que práticas revolucionárias ou de rotura pouco ajudaram a construir sociedades prósperas e livres. Os casos conhecidos bem-sucedidos foram-se consolidando através de reformas graduativas, concebidas em ordem a atingir objetivos bem identificados e com o maior grau de consenso possível.

No tempo de hoje a dificuldade maior para a observância destes valores reside no facto das expectativas dos agentes políticos e, em larga medida também, dos eleitores, estarem mais viradas para o curto prazo e muito pouco para o médio e longo prazo.

Quando são as visões de urgência ou de curto prazo que prevalecem descarta-se a coerência

entre diferentes políticas, ou por que as coisas são feitas em cima do joelho, sem curar de analisar todas as consequências de uma dada decisão, seja por que uma dada política, normalmente a financeira, se sobrepõe de tal maneira às demais que não deixa espaço para que a consistência e coerência entre políticas aconteça.

Para fazer política nos dias de hoje há que perceber que as sociedades são cada vez mais complexas, mais fragmentadas e apresentam-se com muito maior diversidade e mobilidade. Como consequência, vão surgindo novas formas de organização, que exercem pressão sobre os governos para que os processos de elaboração de políticas sejam alargados a novos participantes.

O elevado nível de interdependência entre tudo e todos faz com que os processos de decisão se tenham tornado mais complexos, porque têm de ter em consideração diferentes tipos de interesses, por vezes mesmo antagónicos. Este nosso tempo obriga assim os governos a acompanhar e a tentar perceber e antecipar os interesses dos grupos na sociedade. A atitude adaptativa, que consiste em reagir às situações apenas quando elas se transformam em problemas, tem como resultado respostas insuficientes e tardias e, quantas vezes atabalhoadas, porque no momento em que os governos reagem a um dado problema, normalmente o leque de opções já são muito reduzidas.

Uma maior capacidade para prever as aspirações da sociedade obriga à adoção de estratégias pró-ativas que comprometam poderes públicos e os diversos agentes económicos e sociais.

No nosso tempo, os governos são apenas mais um centro de decisão entre outros que influenciam a vida dos cidadãos. Enganam-se aqueles que pensam que a força política de quem governa resulta apenas da legitimidade democrática. Essa força é consequência, também e cada vez mais, da capacidade de relacionamento entre governos e diferentes parceiros económicos e sociais.

Nesta evolução das sociedades em que é visível a existência de uma maior complexidade, diversidade, mobilidade, fragmentação e

interdependências de todo o tipo, novos centros de poder de diferente natureza vão surgindo, e isso obriga a que se faça uma reflexão profunda sobre novas formas de governar.

Esta nova forma de governar assume importância maior numa fase em que os problemas são de tal monta e tão graves que não são possíveis de solução na base de um único agente ou governo, por mais poder com que se apresente.

O crescimento económico é uma via não dispensável que permitirá contribuir para corrigir as desigualdades, combater a pobreza, pagar melhores salários e levar a cabo reformas que melhorem o funcionamento das instituições, mas enganam-se os que pensam que o crescimento económico surge como resultado da ação exclusiva do Estado ou de uns poucos. Pelo contrário, isso só será possível como resultado do esforço conjugado de muitos.

Esta visão contrapõe-se a uma outra que pensa que é ao Estado e aos poderes públicos que cabe a responsabilidade maior e, para muitos, única, com vista ao desenvolvimento, a uma maior justiça social e à criação de emprego e de riqueza. Para os que assim pensam, o combate à pobreza e às desigualdades faz-se predominantemente por via administrativa, ou seja, por mais decretos e mais leis. Para outros, onde me incluo, esse tipo de orientação não é dispensável mas não é a mais decisiva. É meu entendimento que o combate à pobreza e às desigualdades faz-se através de um conjunto de medidas que, no seu conjunto, possibilitem um forte impulso ao crescimento da economia e pela dinamização de projetos elaborados a nível local com a participação ativa das IPSS.

O intervencionismo excessivo do Estado já teve o seu tempo e foi associada à expressão de “Estado Providência” ou “Estado de Bem Estar”. Prefiro, para marcar diferença no plano político passar a falar não em “Estado de Bem Estar”, mas sim em “Sociedade de Bem Estar”.

Liberdade, primado da pessoa humana e desenvolvimento de uma cultura reformista e de compromisso são os pilares que, nas atuais circunstâncias, devem ser mobilizados para a recuperação do País.

HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

Às urnas, cidadãos!

Dentro de três semanas, as eleições para as autarquias locais vão novamente chamar os cidadãos a escolher os seus representantes para o exercício das funções políticas na escala de maior proximidade com os representados.

É certo que, com a reforma da organização autárquica da lavra de Miguel Relvas, parte dessa proximidade se esvaiu: o mecanismo da fusão de freguesias, em que fundamentalmente se traduziu a dita reforma, com o alegado propósito de racionalização da organização do território, acabou por sacrificar, em nome da eficiência, as inegáveis vantagens dessa proximidade.

E, embora o actual Governo tenha manifestado abertura para a revisão desse processo de aglutinação e para a restituição às populações afectadas da identidade da sua freguesia, o certo é que as eleições - as segundas eleições autárquicas sendo António Costa Primeiro Ministro - vão realizar-se sem que o mapa autárquico tenha sido revisto nesse sentido.

Verdadeiramente, não se compreende: tendo-se oposto à Reforma Relvas, na ocasião, quer o PS, quer o PCP, quer o Bloco de Esquerda, que razão explica por que não se entenderam, durante a primeira Geringonça, para fazer aprovar no Parlamento esse regresso à casa de partida?

Ou mesmo durante a segunda Geringonça - a actual -, sabendo-se que o Partido Comunista, que tem apoiado o Governo, é porventura o partido nacional que mais convictamente defende o regresso à anterior configuração do mapa das freguesias.

Tenho para mim que estamos como na Monarquia Constitucional ou como na Primeira República - em que os principais partidos partilhavam o território em círculos eleitorais talhados a feitiço, de forma a assegurarem por via administrativa o maior número de mandatos para deputados dos partidos de poder.

Deste modo, reforma feita por um governo de um partido do bloco central, é certo que perdurará quando o outro partido desse bloco lhe suceder no pastoreio da Pátria - posto é que a reforma sirva os interesses eleitorais de quem sucessivamente talha o País a seu jeito.

É um pouco como a regionalização: o PSD é contra quando está no poder; e a favor quando na oposição.

Simetricamente, o PS é a favor quando está

na oposição; e a favor, mas num futuro longínquo (como se diz na minha terra, no dia de S. Nunca, à tarde, nunca é oportuno) - o que é o mesmo que ser contra -, quando no poder.

O que importa a ambos é adiar, à vez, esse imperativo constitucional de instituir um nível de representação intermédio, entre as autarquias locais e o poder central e deixar que continuem a ser os directórios dos partidos a decidir, numa primeira escolha, os que podem ser eleitos.

2 - Ora, se há coisa que os dirigentes das Instituição Solidárias sabem é de proximidade às pessoas e às suas carências.

E sabem também que é essa proximidade que permite chegar mais depressa aos problemas dos outros e com maior eficiência resolvê-los.

Assim também com o processo de escolha dos eleitos locais: são tão próximos que os conhecemos - nós, os eleitores, os que mandamos.

Sabemos das suas qualidades e defeitos, antes de querermos saber das qualidades e dos defeitos dos partidos - como sucede com as eleições a nível nacional, em que apenas sabemos dos programas dos partidos e nada ou pouco sabemos dos candidatos.

Embora a alteração da lei eleitoral que veio admitir a apresentação de candidaturas independentes aos órgãos das autarquias locais seja muitas vezes desvalorizada, sob o pretexto de que tem permitido a transumância de eleitos locais em conflito com o seu partido de origem, pelo qual haviam sido eleitos - pelo que não seriam verdadeiros independentes, mas dissidentes ressentidos -, o certo é que a sua posterior reeleição sob outro toldo representa a confirmação de que são eleitos por si próprios e pelos seus próprios méritos, priorizando os eleitores a proximidade em detrimento da vinculação partidária.

Como deve ser!

E também é certo que as referidas alterações à lei eleitoral têm permitido a apresentação vitoriosa de candidaturas independentes em sentido próprio, muitas vezes com resultados arrasadores, perturbando a doce harmonia com que nas questões essenciais do poder os grandes partidos se costumam estender ...

3 - Trata-se de uma questão muito actual, a reflexão sobre as causas do desinteresse generalizado dos cidadãos pelos procedimentos típicos das democracias, a começar pelas eleições - pedra angular da legitimação do exercício do poder.

Principalmente no que diz respeito às eleições se âmbito nacional, que são as que determinam quem pode governar-nos (ou desgovernar-nos, consoante ...).

Uma das causas que tem sido apresentada para esse desinteresse está no desconhecimento por parte dos eleitores de quem são os candidatos, escolhidos que são pelas direcções partidárias e enfiados, ao molhe, numa lista em cuja composição os eleitores não podem mexer.

A SEDES, prestigiada associação de reflexão e intervenção política, constituída antes ainda do 25 de Abril e defensora desde o início do modelo de democracia liberal como a que nos rege hoje -, actualmente presidida pelo militante socialista Álvaro Beleza -, apresentou recentemente uma proposta de alteração à lei eleitoral para a Assembleia da República, propondo um modelo que privilegie também o princípio da proximidade nas eleições para o Parlamento, sugerindo a criação de círculos uninominais e a divisão dos círculos distritais de grande concentração urbana - os que elegem mais deputados - em circunscrições correspondentes à divisão territorial desses círculos, de maneira a diminuir o número de deputados por círculo e assim obrigar os partidos a indicar gente mais capaz, porque mais susceptível de escrutínio o critério de escolha.

Tal alteração seria combinada com uma outra, que permitisse aos eleitores alterarem a ordem por que os candidatos surgem na lista, permitindo eleger uns, figurando no fim da lista, e excluindo outros, porventura mais bem propostos pelos directórios.

Sempre com o objectivo de reforçar o princípio da proximidade entre eleitores e eleitos, base das democracias liberais, aumentando a qualidade dos representantes do povo e a estima deste pelos valores da liberdade da democracia.

Pressinto que esta proposta vai ter o mesmo destino que a regionalização.

Mas ficados todos a perder!

«PRIMEIROS ANOS A NOSSA PRIORIDADE» PASSA PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Encontro europeu «Os Primeiros Anos Contam! e agora?» reúne especialistas em nove países

No próximo dia 17 de setembro, a Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso (FNSBS) promove, na Fundação Calouste Gulbenkian, o encontro «Os Primeiros Anos Contam! e agora?», no âmbito da Campanha Primeiros Anos a Nossa Prioridade, da qual a CNIS é parceira, e enquadrado na campanha europeia (www.firstyearsfirstpriority.eu), que irá decorrer, em simultâneo, em nove países.

Este encontro pretende ser palco para partilha de conhecimento e experiências e gerador de propostas concretas para Portugal reforçar as medidas orientadas para o estímulo do desenvolvimento infantil.

No encontro «Os Primeiros Anos Contam! e agora?» serão abordadas diversas dimensões do desenvolvimento infantil, das evidências científicas aos direitos da criança; a importância do acesso a saúde e educação de qualidade, visando a quebra dos ciclos reprodutivos da pobreza e exclusão; a realidade em Portugal e a comparação com os nove países que participam na campanha europeia.

No Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, será possível assistir às intervenções de um painel de especialistas cujos nomes garantem a elevada qualidade do que poderá ser escutado.

Assim, para além dos «keynote speakers» João Gomes-Pedro, Armando Leandro e Ana Serrano,



Estão programados cinco painéis, a saber:

«O Desenvolvimento Infantil», com Maria do Carmo Vale, Henrique Barros e Bárbara Menezes, moderado por Maria João Moniz; «Vínculo Seguro, Família e Acolhimento», com Manuela Verissimo, Carla Lima, Ana Gaspar, Filomena Gaspar e Emílio Salgueiro, moderado por Joana Garcia da Fonseca; «O Perfil de Portugal e Outros Dados»,

com Judite Gonçalves e Mafalda Lourenço, moderado por Lourdes Hill; «Direitos e Realidade», com Dulce Rocha, Rosário Farmhouse, Carlos Farinha Rodrigues e Isabel Soares, moderado por Margarida Pinto Correia; «Tempo de Brincar, cuidar e educar», com Eulália Alexandre, Luís Ribeiro, Alexandra Marques, Carlos Neto e Joana Cadima, moderado por Ana Teresa Brito.

PRÊMIO BPI CAPACITAR

800 mil euros distribuídos por 33 projetos para apoiar pessoas portadoras de deficiência

No âmbito da 12ª edição do Prémio BPI Capacitar, foram distinguidos 33 projetos de instituições privadas sem fins lucrativos. Este ano, a dotação do prémio foi reforçada para 800 mil euros e saldou-se pela edição com o maior número de projetos sociais vencedores na vertente Capacitar.

Os projetos vencedores, que receberam em média cerca de 24 mil euros, vão apoiar mais de 2.000 pessoas em situação de vulnerabilidade acrescida devido à suspensão das atividades terapêuticas, pedagógicas e de apoio social durante a pandemia de Covid-19.

O estudo «Deficiência e Covid-19 em Portugal», do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH), do ISCSP-ULisboa, revelou a insatisfação com o acompanhamento dado aos alunos com deficiência, mesmo após a reabertura das escolas, os elevados níveis de ansiedade, tristeza e preocupação com um possível agravamento da sua situação económica, assim como familiares e cuidadores que expressam cansaço e exaustão, embora se registem melhorias após o desconfinamento.

Cerca de 37% das pessoas com deficiência inquiridas responderam que consideravam que o seu estado de saúde se tinha agravado desde o início da pandemia. E 51% referiram que, desde o início da pandemia, se têm sentido mais tristes ou

deprimidos do que habitualmente. Cerca de 58% responderam sentir-se mais ansiosos do que habitualmente e 39,3% reportaram maiores dificuldades em dormir.

Os projetos distinguidos pretendem dar respostas sociais a estas necessidades prementes, nomeadamente: o apoio a terapias especializadas para tratar ou retardar avanços da incapacidade e promoção de serviços ao domicílio; ações de apoio aos cuidadores; apoio psicossocial às pessoas com deficiência e transtorno mental no seu contexto familiar e relacional; promoção de ações que assegurem a integração na sociedade, em atividades socialmente úteis ou em negócios sociais; e atividades de promoção da autonomia, nomeadamente atividades desportivas.

Foram distinguidos com o Prémio BPI Fundação «la Caixa» Capacitar 2021 os projetos das seguintes 33 instituições:

A7M - Associação Festival de Música de Setúbal; AEIPS - Associação para o Estudo e Integração Psicossocial; Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência; ALADI - Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual; AMAR 21 - Associação de Apoio à Trissomia 21 e outras Perturbações do Neurodesenvolvimento; ANEM - Associação Nacional de Esclerose Múltipla;

APPACDM de Albergaria-a-Velha; APPACDM de Coimbra; APPACDM de Matosinhos; APPACDM de Setúbal; APPACDM de Viana do Castelo; APPDA Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo; APPDA Lisboa - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo; ARTENAVE - Associação de Solidariedade; Associação da Casa do Povo de Alvaiázere; Associação Grão Vasco; Associação Naval de Lisboa; ARCIL - Associação Para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã; Ave Cooperativa de Intervenção Psico-Social; Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines; Cercipeniche - Cooperativa de Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão; DCTR - Associação Cultural; Fundação ADFP - Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional; Fundação AFID Diferença; Fundação João Bento Raimundo; Fundação São João de Deus; Ginásio Clube Português; Inovar Autismo - Associação de Cidadania e Inclusão; Instituto das Irmãs Hospitalares do Sagrado Coração de Jesus - Centro de Recuperação de Menores; Leque - Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais; Cooperativa Lousavidas; Surf Clube de Viana; Teia D'impulsos - Associação Social Cultural e Desportiva.

OBRAS SOCIAIS DE VISEU

Mês Mundial do Alzheimer assinalado em Viseu com mais de 30 iniciativas

Este mês de setembro, Viseu assinala o Mês Mundial do Alzheimer com mais de 30 iniciativas e atividades a preencherem todos os dias.

Conhecer, esclarecer e sensibilizar para esta e outras demências são objetivos da campanha, que arrancou, na Quinta da Cruz, com uma exposição temática intitulada «Sinais de Alerta: Alzheimer e Outras Demências».

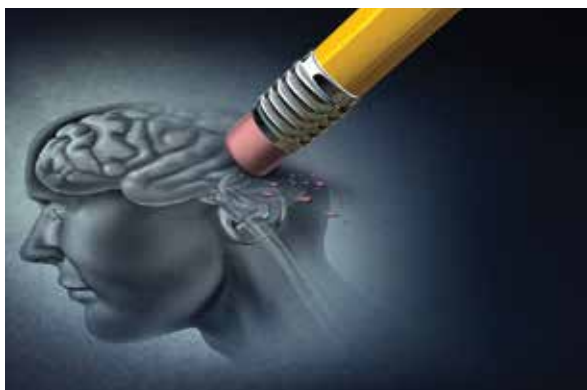
O Mês Mundial do Alzheimer é assinalado em setembro, com a realização de uma campanha internacional de sensibilização para a demência e combate ao estigma em torno da doença, sob a temática «Conhecer a demência, Conhecer a Doença de Alzheimer».

Em 2021, o Município de Viseu e as Obras Sociais de Viseu, através do seu Centro de Apoio Alzheimer, unem esforços na organização e dinamização de um programa com mais de 30 iniciativas e atividades, direcionadas para a comunidade, pessoas com demência, cuidadores e profissionais.

Ao longo de todo o mês, há conferências, apresentações de livros, oficinas de escrita criativa e cerâmica, passeios sensoriais, entre outras atividades relacionadas com a temática.

A Quinta da Cruz – Centro de Arte Contemporânea é o local privilegiado para o acolhimento da maioria das ações do programa, havendo também várias propostas a decorrer online, com transmissão via Facebook do Centro de Apoio Alzheimer Viseu.

A realidade que atravessamos é um contexto sensível, mas claramente necessário, a que temas desta natureza sejam trabalhados e estejam no centro das preocupações da Educação para a Cidadania. A exposição «Sinais de Alerta:



Alzheimer e Outras Demências», que inaugurou o conjunto de iniciativas previstas, reúne um conjunto de vontades de âmbito social e artístico, motores vitais para que a informação seja acessível a todos e que se quebrem barreiras, promovendo o esclarecimento e o envolvimento ativos das comunidades.

De salientar ainda a instalação de apontamentos de luz no Largo de Santa Cristina e no Arquivo Distrital (Casa Amarela), como estratégia simbólica para captar a atenção para esta que é, segundo a Organização Mundial de Saúde, “uma prioridade social e de saúde, uma epidemia silenciosa”.

Todas as informações sobre as atividades e iniciativas podem ser também acompanhadas na página de Facebook do Município de Viseu e do Centro de Apoio Alzheimer Viseu.

O Mês Mundial do Alzheimer é assinalado a nível global desde 2012, tendo sido instituído o dia 21 de setembro como o Dia Mundial da Doença de Alzheimer. Todos os anos, as associações de Alzheimer e outras demências, bem

como todas as pessoas envolvidas no tratamento, cuidados e apoio às pessoas com demência, unem forças em todo o mundo para organizar eventos de sensibilização e informação, bem como passeios da memória e dias de angariação de fundos.

A demência é um termo utilizado para descrever os sintomas de um grupo alargado de doenças que afetam a memória, o pensamento, a personalidade e as emoções. A doença de Alzheimer e a demência vascular são os tipos mais comuns de demência, afetando até 90% das pessoas com demência. Os sintomas podem incluir, entre outros, perda de memória, dificuldade em encontrar as palavras certas ou em compreender o que as pessoas estão a dizer, dificuldade em executar tarefas rotineiras, alterações da personalidade e mudanças de humor.

A demência não conhece fronteiras sociais, económicas ou geográficas. A demência será vivida de forma diferente por cada indivíduo, mas as pessoas afetadas tornar-se-ão gradualmente incapazes de cuidar de si próprias e necessitarão de ajuda nas tarefas essenciais do quotidiano.

As mortes devido à demência mais do que duplicaram entre os anos 2000 e 2016, tornando-a a quinta principal causa de morte global em 2016. Estima-se que o número de pessoas que vivem com demência passará dos 50 milhões atuais para 152 milhões em 2050.

Atualmente, não existe cura para a maioria dos tipos de demência. Há alguns tratamentos, ainda que limitados, o que enfatiza a importância dos cuidados, informação, aconselhamento e apoio.

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DO VOLUNTARIADO

Candidaturas para o Troféu Português do Voluntariado 2021 abertas até 15 de outubro

Estão abertas até ao próximo dia 15 de outubro as candidaturas à 13ª edição do Troféu Português do Voluntariado 2021, que tem como grande propósito reconhecer o trabalho dos voluntários em Portugal.

Os interessados devem consultar o regulamento do troféu, fazer a sua inscrição através do formulário de candidatura no site da Confederação Portuguesa do Voluntariado, incluindo a declaração para utilização de imagem e toda a documentação adicional necessária com a apresentação desenvolvida do projeto, cobrindo os seguintes itens: Designação do projeto; Enquadramento/Motivação do projeto; Necessidades identificadas; Objetivos a atingir; Datas de concretização do projeto; Localização (local/país); Número de pessoas envolvidas



(voluntários, profissionais e beneficiários do projeto); Programa de realização; Programa de avaliação; Síntese financeira (quais receitas/

quais despesas); Outros elementos julgados de interesse.

Este ano, é também lançada a 2ª Edição do Troféu Português do Voluntariado - Região Autónoma dos Açores (RAA) cujas candidaturas decorrem, igualmente, até 15 de outubro e seguem os mesmos passos acima mencionados.

A Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV) promove anualmente, desde 2009, o Troféu Português do Voluntariado, tendo como propósito reconhecer voluntários associados a projetos de voluntariado desenvolvidos no âmbito de uma organização de voluntariado ou promotora de voluntariado.

A candidatura tem de ser apresentada pela entidade de enquadramento dos voluntários.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

WWW.TRIVALOR.PT

LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE

TELEF: 210 420 005 / 210 420 808

FAX: 210 420 098 / 214 249 488

E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

SOLIDARIEDADE COM MULHERES ALEGAS

UMAR defende asilo político em Portugal e na Europa

A União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) manifestou-se solidária para com as mulheres afegãs, perante a situação vivida atualmente no Afeganistão, e defendeu iniciativas de apoio, desde logo o asilo político em Portugal e na Europa.

Em comunicado, a associação recorda o passado das mulheres afegãs nas últimas décadas e a opressão e violência sofridas sobretudo durante o domínio do regime taliban, sublinhando que o país volta agora a um cenário crítico.

“O Afeganistão está numa grave crise. É preciso assegurar que os direitos humanos, das meninas e das mulheres são protegidos”, escreve a UMAR, que manifesta a sua solidariedade para com estas pessoas, defendendo iniciativas de apoio, nacionais e internacionais.

Desde logo, defendem o asilo político para as mulheres afegãs, em Portugal e na Europa, e a simplificação desse processo, e exigem um posicionamento forte das instituições internacionais na defesa dos direitos humanos e das mulheres, sem qualquer tipo de intervenção

militar.

Por outro lado, sublinham também a importância de “fazer circular as vozes das mulheres afegãs que puderem organizar-se na resistência ao novo regime” e de um fundo de solidariedade para as organizações que as representam.

“Quando o regime taliban dominou o país, a partir de 1996, foram cometidas as maiores atrocidades contra as mulheres e os/as jovens. Esses tempos obscuros regressam agora, quando as milícias taliban chegam a Cabul”, alerta a associação.

No mesmo comunicado, a UMAR partilha o testemunho de jovens afegãs, como o de Aisha Klurram, 22 anos, que apela a que não se esqueçam das mulheres afegãs, quando o Afeganistão deixar de estar nas primeiras páginas dos jornais.

Outra ativista, Pashtana Durrani, diz não ter dúvidas que o regime dos taliban vai voltar a aplicar a lei islâmica e impedir as raparigas de irem à escola, como acontecia no anterior regime até à ocupação dos aliados em 2001.

Os talibãs conquistaram Cabul em 15 de



agosto, concluindo uma ofensiva iniciada em maio, quando começou a retirada das forças militares norte-americanas e da NATO.

As forças internacionais estavam no país desde 2001, no âmbito da ofensiva liderada pelos Estados Unidos contra o regime extremista (1996-2001), que acolhia no território o líder da Al-Qaida, Osama bin Laden, principal responsável pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

A tomada da capital pôs fim a uma presença militar estrangeira de 20 anos no Afeganistão, dos Estados Unidos e aliados na NATO, incluindo Portugal.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

CNT CONTABILIDADE ESNL

UTC UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

IMO IMOBILIZADO ESNL

PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC

ORC MÓDULO ORÇAMENTOS

PCM PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL

LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

CP CONTROLO DE PRESENÇAS

ORD ORDENADOS

US UNIDADES DE SAÚDE (ADSE / ARS)

GI GESTÃO DE IMÓVEIS

ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

entre outras

+ de 40 Aplicações

100% de Satisfação

+ de 900 Clientes

GRÁTIS Demonstrações sem Compromisso

Assistência Remota

Formação online

MORADA
Rua dos Cipreiros, 2556
4835-044 Guimarães

TELEFONE (+351) 253 408 326
TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
EMAIL: tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM
www.tsr.pt



COORDENADOR DA TASK-FORCE, GOUVEIA E MELO

Processo de vacinação está a chegar ao fim

Portugal está a chegar ao limite da população que pode ou quer ser vacinada contra a covid-19. Em entrevista à agência Lusa o coordenador da 'task-force', vice-almirante Gouveia e Melo, diz que "estamos a chegar ao limite do público-alvo para ser vacinado", apontando que a meta de 85% da população portuguesa com vacinação contra a covid-19 completa deverá ser atingida até ao fim deste mês.

O processo está "mesmo já no fim, tirando as crianças dos 0 aos 12 anos, que são entre 11% e 12% [da população], e havendo 03% a 04% de pessoas que recusam a vacina", diz. Isso significa que não teremos muito mais população para vacinar", referiu o militar.

Foi atingido o patamar de 85% da população elegível para ser vacinada com pelo menos uma dose administrada. Olhando para o futuro, Gouveia e Melo defende que "não é necessária uma task-force" para além da missão que está prestes a finalizar, quer para fazer reforços de vacinação quer para a eventualidade de a vacinação contra a covid-19 se tornar uma rotina regular.

"O que está recomendado é uma vacinação reforçada para pessoas que estão imunossuprimidas. Estamos a falar num universo de, no máximo, 100 mil pessoas, se calhar até inferior", salienta.

Garante que "neste momento há reserva de vacinas para essa terceira dose".

A task-force que liderou foi "uma máquina montada de forma extraordinária para um processo extraordinário", reconhece Gouveia e Melo, mostrando-se convencido que uma campanha anual de reforços de vacinação poderá ser assegurada pelos cuidados de saúde primários: "Já o faziam para a vacinação da gripe e poderão fazê-lo".

Ao cabo do que considera "uma batalha com prazo, o mais curto possível para cumprir um plano de vacinação" com duas doses para a maior parte da população, o oficial general da Armada reconhece alguns momentos de impasse ao longo de nove meses.

Um desses pontos aconteceu com a incerteza sobre efeitos secundários da vacina Oxford/Astrazeneca, cuja administração chegou a ser suspensa e cujo uso acabou por ficar limitado a pessoas com mais de 60 anos.

"Não consigo dizer se houve uma guerra comercial [entre fabricantes de vacinas]. Às vezes, parecia. Tivemos que viver com limitações que apareceram em certas alturas do processo de vacinação e tivemos que o adaptar a essas limitações, com sucesso", argumenta.

"Houve momentos em que nos faltaram vacinas e o nosso ritmo não era aquele para o qual tínhamos capacidade. Depois, quando apareceram as vacinas, o ritmo aumentou. Quando já estávamos a chegar ao fim do processo de vacinação, tendo vacinas e capacidade, faltavam as pessoas. Mas nós cumrimos. Daqui para a frente estaremos a vacinar três a quatro mil pessoas por dia em todo o país", salienta.

Além de todo o pessoal de enfermagem, médicos, administrativos e todos os militares, Gouveia e Melo destaca a importância das autarquias, que "tiveram um papel extraordinário neste processo: disponibilizaram espaços, recursos humanos e recursos



materiais".

"Sem as autarquias teria sido muito difícil. Nós estamos a operar entre as 4.500, 5.000 pessoas todos os dias nos centros de vacinação, muitas contratadas pelas autarquias, muitas voluntárias", destaca, apontando ainda que o poder local permitiu montar os mais de 300 centros de vacinação "mais abertos, espaçosos, arejados e mais adequados a este tipo de vacinação" fora dos centros de saúde.

Para Gouveia e Melo, o ritmo da vacinação acabou por ditar o ritmo da progressão da pandemia em Portugal, sobretudo a partir do momento em que a variante Delta do coronavírus SARS-CoV-2 atingiu o país.

"Nós tivemos a variante Delta muito cedo. Quando atingimos cerca de 55% das segundas doses, já com a variante Delta, notou-se uma quebra da incidência, que deixou de aumentar e começou a cair. O processo de vacinação foi combatendo sistematicamente a incidência e ajudando a combatê-la. Neste momento, estamos a ganhar. Apesar do desconfinamento, apesar de haver muita mobilidade, férias, estrangeiros em Portugal, a incidência está a baixar", destaca o vice-almirante.

Com o novo ano letivo prestes a começar, Gouveia e Melo admite que "este vírus gosta de ajuntamentos e que "é natural" que se assista a um aumento de casos, mas afirma-se otimista: "Estou convencido que com a taxa de vacinação que nós temos na população, a incidência não aumentará muito, poderá aumentar temporariamente, mas vai cair naturalmente".

AÇORES FORA DO "ALTO RISCO"

O secretário regional da Saúde dos Açores considerou que a descida do nível de risco de transmissão de SARS-CoV-2 na região demonstra "o bom

resultado" do combate à pandemia e resulta do aumento da vacinação.

"A vacinação está a ser a principal ferramenta de combate à pandemia e de garantir a proteção da população. Isso demonstra-se, desde logo, pela redução do número de internamentos e do número de óbitos", avançou, o titular da pasta da Saúde nos Açores, Clélio Meneses.

Os Açores deixaram de figurar como alto risco para covid-19 nos mapas do Centro Europeu para Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC), que auxiliam decisões sobre viagens na União Europeia (EU).

Os Açores passam para a categoria laranja (referente a territórios onde a taxa de notificação de novas infeções é de 50 a 75 por 100 mil habitantes nos últimos 14 dias e a taxa de positividade dos testes é de 1% ou entre 75 e 200 novos infetados por 100 mil habitantes e a taxa de positividade dos testes de 4% ou mais).

Clélio Meneses disse que é "mais uma boa notícia que demonstra o bom resultado do combate à pandemia na Região Autónoma dos Açores".

"São entidades externas que reconhecem o sucesso do combate à pandemia nos Açores, com números que demonstram que, quer pelas medidas que foram sendo adotadas no início deste ano de 2021, através da matriz de risco, através de medidas restritivas aplicadas a cada lugar e a cada tempo em concreto, quer progressivamente através do processo de vacinação, nos Açores tomámos as medidas que fazem com que os resultados sejam positivos", frisou.

Clélio Meneses destacou o papel da vacinação contra a covid-19, salientando que os Açores têm "mais de 74% da população completamente vacinada".

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



O MAIS DIFÍCIL DA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA:

Definir quem paga!

Dediquei algumas das últimas crónicas ao tema da transição climática.

Creio que já é claro, exceto para uma ínfima minoria de negacionistas, que o que nos espera é uma verdadeira hecatombe se nada for feito para mitigar a ação do homem sobre o clima.

As recentes catástrofes ambientais, como as chuvas diluvianas na Alemanha, Bélgica, China e Estados Unidos, ondas de calor na Grécia, Turquia ou Califórnia associadas a incêndios devastadores ou a progressiva desertificação no sudeste de Espanha, são a evidência empírica da cada vez maior frequência de fenómenos climáticos extremos.

Conforme procurei demonstrar numa crónica anterior a dimensão da empreitada que temos pela frente é dantesca. As necessidades de investimento são colossais, a maioria das tecnologias ainda não existem ou estão em fase de protótipo e a harmonia política global que será essencial para sermos bem-sucedidos está longe de estar garantida.

Temos a felicidade de viver na Europa que é a geografia do planeta onde a questão da transição climática está mais estudada, onde existem objetivos mais exigentes e onde o sistema político está mais empenhado nas soluções.

E, no entanto, mesmo aqui no velho continente, as coisas estão longe de ser fáceis.

A União Europeia comprometeu-se com a redução em 50% das emissões em 2030 e zero líquido de emissões (NZE) em 2050 com referência a valores de 1990.

Na hora das proclamações não terá sido difícil conseguir o entusiasmo de todos, contudo, agora que é necessário começar a concretizar as medidas as coisas já não são tão simples. O problema é que quando descemos ao terreno coloca-se a velha e inevitável questão: quem paga?

A União Europeia é a única geografia do mundo a ter um mercado de emissões funcional. Atualmente a necessidade de pagar pelas emissões de carbono atinge um número reduzido de indústrias notoriamente poluentes que, em certas circunstâncias, se vêm obrigadas a comprar licenças para emissões adicionais.

O preço das licenças tem subido, está atualmente em cerca de 55 euros a tonelada (era sensivelmente metade em 2019) o que reflete a crença dos especuladores de que a política comunitária vai tornar a oferta de licenças cada vez mais escassa.

O problema está em que, se a Europa (e o mundo) realmente querem enfrentar o problema é necessário alargar o sistema de limites às emissões (ou aquisição de licenças quando os limites são ultrapassados), a muito mais setores para além dos que estão atualmente cobertas pelo modelo. A sigla inglesa do modelo é ETS e vamos usá-la daqui para diante neste texto.

As últimas propostas ventiladas na União Europeia pretendem incluir no ETS os transportes (automóveis, nomeadamente), o aquecimento doméstico, as companhias aéreas e a marinha mercante.

Por outro lado, a União pretende introduzir uma taxa niveladora do carbono sobre produtos importados.

Esta taxa é essencial porque, a não existir, a união estaria a reduzir o carbono que emite apenas para o reintroduzir via importações de países onde as regras não sejam tão apertadas.

Mas tudo isto está a produzir imenso ruído político e está já claro que o caminho vai ser muito acidentado.

Desde logo os países que se vêm afetados pela taxa niveladora do carbono já estão a clamar que se trata de protecionismo pela porta do cavalo. Dá-se o caso de o país potencialmente mais afetado pela taxa niveladora do carbono ser a Rússia, um país com o qual a Europa dispensava adicionar mais um contencioso.

Mas o pior vem de dentro, da oposição interna.

Um bloco de países (França, Espanha, Itália, Hungria, Letónia, Irlanda e Bulgária) opõe-se ao alargamento do ETS alegando que a inclusão dos transportes e do aquecimento doméstico vai fazer cair sobre os mais frágeis uma parte excessiva da conta da transição climática.

É certo que a União também pretende instituir um fundo de 72 biliões de euros justamente para acudir aos mais carenciados em matéria energética.

O problema aqui é que, se o fundo até poderia mitigar as atuais dissensões, está a criar outras. Os países frugais, como a Holanda, temem que o fundo se eternize num sistema de transferências permanentes.

A França tem tido até agora uma posição “centrista”, ou seja, não se opõe ao alargamento do ETS, mas recomenda prudência.

A prudência francesa não é casual. A França já provou deste veneno. Há um par de anos

Emmanuel Macron ensaiou uma reforma fiscal que basicamente consistia em aliviar o imposto sobre as fortunas e carregar na imposição sobre os combustíveis, justamente apelando para a necessidade de conter as emissões de carbono.

O resultado foi a revolta dos gilets jaunes. O que estava em causa, então como hoje, era justamente saber quem paga a transição climática. Os habitantes dos subúrbios, os mais pobres e que dependem do automóvel para quase tudo, tiveram alguma dificuldade em perceber porque haviam de ser eles a pagar ainda por cima numa altura em que se aliviava a tributação sobre as fortunas.

Ninguém duvida que a transição climática vai ter custos colossais e que alguém tem de pagar, todos temos que pagar.

Vamos pagar de várias formas. Desde logo com custos mais altos nos produtos intensivos em carbono – mobilidade mais cara, custos de habitação mais elevados, etc. Também os produtos importados com alto teor de carbono terão preços mais elevados.

Mesmo que a energia não fique mais cara – hoje é possível produzir energia elétrica de fontes renováveis – solar ou eólica, por exemplo – mais barato que a partir de combustíveis fósseis – vai ficar mais caro tudo o que a usa. Por exemplo, um frigorífico pode ter um custo em energia mais baixo, contudo, se avariar e tiver de ser substituído, o novo aparelho será tendencialmente mais caro se for produzido livre de carbono.

É aqui que a falta de jeito dos políticos franceses deveria ser vista como uma história cautelar.

Se o custo da transição climática é gigantesco, o custo de não fazer nada é imensamente maior, ou seja, não fazer nada não é opção. No entanto, a distribuição da fatura da transição tem de ser gerida com pinças e obviamente não pode carregar o essencial do fardo sobre os mais pobres.

A experiência francesa demonstra que a transição climática pode ser impossível se os custos forem desproporcionadamente atirados para cima dos mais desfavorecidos.

O caminho não é fácil, a tarefa é titânica, no entanto, a humanidade não tem alternativa a não ser o inferno.

À Europa cabe liderar este processo e temos de acreditar que vai estar à altura do desafio.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🧴

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Navegar é (sempre) preciso

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

MINISTRA DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

417 milhões de euros do PRR para nova geração de equipamentos e respostas sociais

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social assegura que vão ser disponibilizados 417 milhões de euros para financiar uma nova geração de equipamentos e respostas sociais que beneficiará 60 mil pessoas. “Este programa (no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência) tem, acima de tudo, o objetivo de chegar às várias dimensões, desde as pessoas mais novas às pessoas mais velhas, naquilo que são as respostas sociais”, disse, na Guarda, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.

A governante falava na final da sessão pública de assinatura do contrato de financiamento da Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, no âmbito do PRR, entre o Instituto da Segurança Social e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal.

Segundo uma nota do Gabinete da ministra, o contrato “mobiliza 417 milhões de euros para reforçar, adaptar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades e famílias, tendo em vista a promoção da natalidade, do envelhecimento ativo e saudável, da inclusão e promoção da autonomia e da conciliação entre atividade profissional e a vida pessoal e familiar e a coesão social e territorial, e ainda promover uma intervenção integrada com vista ao combate à pobreza”.

“Este é um investimento social massivo, temos aqui um programa de mais de 400 milhões de euros, com o objetivo de chegar a 60 mil pessoas, sejam, crianças, através das creches, com o alargamento da rede de creche, seja através de requalificação das respostas para o envelhecimento (...), nomeadamente requalificação de lares ou novas respostas dedicadas ao envelhecimento e, também, uma nova geração de apoio domiciliário”, explicou Ana Mendes Godinho.

Segundo a governante, trata-se de um programa que retrata a “grande missão de Portugal ser um país para todos, desde novos a velhos, mas com um forte investimento social”.

No seu discurso, Ana Mendes Godinho disse que o país “conta muito”

com o setor social para conseguir que “seja líder na execução do PRR” e demonstrar que “mais uma vez”, é quem lidera na capacidade de colocar os fundos “ao serviço das pessoas”.

A ministra de Estado da Presidência, Mariana Vieira da Silva, também presente na cerimónia, afirmou que a dimensão das respostas sociais é importante pelo facto de o país poder modernizar os equipamentos e inovar.

“Todas as partes fáceis do PRR vão sendo sempre superadas. Primeiro a sua negociação, depois a sua redação, depois a sua negociação com a Comissão Europeia, depois a sua aprovação, e eis que chegamos ao momento em que assinamos este protocolo que já tem muito trabalho por trás e se avizinha a parte que é, efetivamente, a mais difícil e a mais desafiante [que é] executar em cada um dos nossos territórios os investimentos que aqui preparamos”, disse.

Na opinião de Mariana Vieira da Silva, se se conseguir “unir” os diferentes esforços que estão a ser feitos do lado da recuperação do país e articular os investimentos com os outros fundos comunitários, Portugal poderá sair do ciclo de recuperação que agora se inicia “como um país mais forte, mais coeso do ponto de vista social e mais coeso do ponto de vista territorial”, garantindo que “ninguém fica para trás”.

Na sessão, Rui Fiolhais, presidente do Instituto da Segurança Social, explicou que o plano de nova geração de equipamentos e respostas sociais tem quatro dimensões: requalificação e alargamento da rede (277,2 milhões de euros), serviço de apoio domiciliário (17,1), Piloto Radar Social (60,2) e mobilidade verde social (62,5).



Ótima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL